



ESTADO DO PARANÁ

MENSAGEM

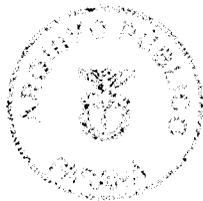
APRESENTADA À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
POR OCASIÃO DA ABERTURA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 5ª LEGISLATURA
PELO
SENHOR NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA
GOVERNADOR DO ESTADO



CURITIBA — PARANÁ

1963

I — INTRODUÇÃO



Senhor Presidente,
Senhores Deputados:

Com grande honra, compareço perante êste Egrégio Plenário, para prestar contas ao povo nêle representado. É um imperativo constitucional que cumpro com satisfação, pois estou certo de que a consolidação e o aperfeiçoamento do regime democrático dependem do entendimento e da completa harmonia que devem reinar entre os Poderes que o legitimam e realizam.

Passados dois anos da minha posse no Governo do Estado, em meu espírito se estratifica a convicção de que, quanto mais sintonizarmos as nossas ações, mais benefícios proporcionaremos ao povo que nos elegeu e tanto mais eficiência terá a máquina administrativa. Daí porque a minha satisfação aumenta quando me acho novamente neste respeitável recinto, certo de que tudo tenho feito para manter êsse entendimento e essa harmonia, ação que é retribuída e revigorada pelo Legislativo e pelo Judiciário, numa compreensão exata do mandamento constitucional.

Asseverei a Vossas Excelências, quando em duas oportunidades semelhantes à presente aqui estive, que, vencidas as tremendas dificuldades iniciais, seria possível encaminhar a administração de forma a fazê-la produzir a contento das aspirações coletivas e em favor dos inadiáveis reclamos de progresso do Estado. As dificuldades continuam, ainda mais agravadas pela inflação, mas apesar disso, dentro da esfera estadual, folgo em afirmar que alguns óbices foram deixados

para trás, superados por efetivas e dinâmicas medidas de racionalização dos serviços públicos, que permitiram a realização de um considerável volume de obras, objetivo que foi alcançado, principalmente, pelo impulso dado à arrecadação e pela forma correta de aplicação do dinheiro público.

Realmente, sem a eficiência imprimida ao setor fazendário, não teria sido possível programar, projetar e executar as obras que hoje pontilham todo o Estado, sustentadas no cumprimento diário das obrigações financeiras. E muito mais poderia ter sido feito se o Estado, ao invés de, como acontece no momento, estar socorrendo obras federais com financiamentos de emprêças criadas no atual Govêrno paranaense tivesse recebido a retribuição a que faz jus pela contribuição que oferece ao Brasil. Sòmente a compreensão da grave crise econômico-financeira em que se debate a nação pode justificar o retardamento da União nas providências em favor do Paraná, porque não se poderia acreditar em propósito deliberado de freiar o desenvolvimento do nosso Estado, em marcha irremovível para uma situação de liderança nacional.

Mesmo assim, privada de recursos que lhe eram destinados, batida pelas consequências funestas de mais uma pesada geada, profundamente dificultada pela inflação, submetida aos inevitáveis reflexos dos planos de economia do Govêrno Federal que calaram fundamente na arrecadação, vai a administração do Estado executando um inestimável plano de obras públicas, que há de constituir a base em que se assentará o desenvolvimento do Paraná, até aqui tão àvaramente negado ao povo.

Na mensagem do ano passado, ressaltai que seria um crime os três Poderes do Estado não se colocarem à altura do momento histórico que o Paraná atravessa. Ou enfrentávamos com decisão os graves problemas à nossa frente, ou teríamos prejudicado irremediavelmente o seu desenvolvimento. Hoje, rejubilo-me com o que foi feito, mercê da exata dimensão dada pelo Judiciário, pelo Legislativo e, posso afirmar, pelo Executivo à magnitude de suas responsabilidades específicas. Com essa compreensão, facilitou-se o equacionamento das mais premen-

tes tarefas, executadas algumas na sua integridade, encaminhadas muitas para feliz conclusão a curto e longo prazo.

Ao lado da atividade administrativa intensa que foi desenvolvida, que será continuada e ampliada até o final de minha gestão, com a dedicação e competência de uma equipe que, para mim, constitui motivo de honra estar ao meu lado, tenho procurado, com insistência, tenacidade, e perseverança, mostrar o Paraná ao Brasil, a fim de ampliar, no gráu que a sua potencialidade econômica justifica, o tímido prestígio que, até então, desfrutava, limitado no seu inegável direito de reivindicar e ser atendido. Essa ação, que os mediocres e sem grandeza confundem com propaganda pessoal do Chefe do Executivo, já tem produzido frutos reais, traduzidos na atenção que o nosso Estado desperta hoje em todo o País e nos constantes chamamentos às suas autoridades para o debate e equacionamento de grandes problemas nacionais.

De outra parte, visando cooperar com as autoridades responsáveis no seu trabalho para recuperar o Brasil da crise econômica e política em que se acha mergulhado, tenho agido cõscio de que as estreitezas e subalternidades partidárias não são nem nunca foram, senão para os que apenas perseguem interesses pessoais, o remédio para os males que nos afligem. Visível para todos o fermento da insatisfação e da angústia coletiva, produtos da injustiça social decorrente de uma estrutura ultrapassada e da incompreensão de uma minoria privilegiada, seria absurdo e verdadeiro crime contribuir para a eclosão de movimentos que poderiam engolir o País em trágicas conseqüências, negando aos Poderes da República o apoio de que necessitam.

A angústia e a insatisfação, pela omissão dos homens públicos, poderiam gerar as soluções extremas. E os extremismos podem ser evitados, sem dificuldade, porque nosso povo não tem propensão para o ateísmo e a violência, como não admite a supressão da liberdade nem o desvirtuamento dos direitos e da dignidade do Homem.

A angústia e a insatisfação, entretanto, estão a provar a necessidade de reformar as estruturas vigentes, como forma pa-



cífica de atingir a superação da miséria e conquistar a justiça social. Há os que insistem em confundir as reformas com o comunismo, numa tentativa de incompatibilizar as transformações sociais com a consciência cristã do povo e há os que procuram confundir o Cristianismo com as estruturas sociais vigentes, para obter, na sobrevivência delas, a preservação dos próprios privilégios.

Por tudo isso é que, superando as limitações partidárias e os interesses meramente políticos, o Paraná forma ao lado dos que, pela união e pela concórdia, pretendem, dentro da democracia e sob a inspiração de Deus, dar ao Brasil e aos brasileiros as reformas que a consciência nacional está a exigir em favor do povo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Na segunda parte desta mensagem encontrarão Vossas Excelências os detalhes do trabalho realizado no exercício de 1962. Mas é justo que destaque nesta introdução, em linhas gerais, as principais obras executadas, em boa parte com os recursos normais do Orçamento, mas que não teriam recebido o ritmo que se impunha sem a sustentação dos instrumentos de ação criados no atual Govêrno, dentre os quais emergem e se projetam a CODEPAR e a CAFÉ DO PARANÁ, siglas que o povo já se acostumou a considerar como sinônimos de eficiência e produtividade, a que se deverão juntar, com igual utilidade mas na relatividade de seus recursos, a FUNDEPAR e a AGEPAR, aquela no setor da Educação e, esta, no de saneamento. Releva mencionar, também, com idêntica preponderância, o indestrutível Banco do Estado do Paraná, cuja maravilhosa recuperação, a ser levada a crédito de dirigentes dignos e capazes, serve hoje de exemplo a todo o País. Honesta aplicação de seus depósitos possibilitou ao Govêrno levar assistência a dezenas de municípios, concretizada em financiamentos superiores a um bilhão de cruzeiros. Esse tradicional estabelecimento de crédito, que esteve à beira da falência, apresenta-se hoje como uma das mais sólidas e conceituadas

organizações bancárias do país, tendo seus depósitos aumentado de 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros, em 1960, para 8 bilhões em fins de 1962. Empregou, de outro lado, 6 bilhões e 300 milhões em transações líquidas, superando em 5 bilhões o montante do exercício anterior. Financiou a indústria e comércio com 16 bilhões de cruzeiros, o D.E.R. com 3 bilhões e meio, para construção de rodovias e aquisição de equipamentos, adiantando 850 milhões para pagamento do Artigo 20 aos Municípios. Igualmente, pagou à CAMOB, regularizando dívidas de gestões anteriores, e à SUMOC, em recolhimentos obrigatórios que estiveram suspensos irregularmente de 1956 a 1960, o total de 429 milhões.

Criada em janeiro de 1962, a CODEPAR representa um instrumento de ação objetiva visando a acelerar o ritmo de crescimento da economia paranaense. Agindo basicamente de três formas distintas, emprega recursos próprios no desenvolvimento dos setores prioritários de infraestrutura, cataliza recursos privados, locais e nacionais, para aproveitamento eficiente dessa mesma infraestrutura, e promove estudos e pesquisas necessários ao planejamento do desenvolvimento do Paraná. Em 1962, a CODEPAR aplicou recursos no total de 3 bilhões e 550 milhões de cruzeiros, sendo 1 bilhão e 176 milhões à COPEL, para construção do Sistema de Transmissão Norte e na Usina de Emergência de Curitiba; 350 milhões à UTEFPA, para acelerar a ultimação da Usina Termelétrica de Figueira, já em funcionamento, 1 bilhão e 270 milhões ao D.E.R., antecipando recursos devidos pela União, de modo a evitar a paralisação de obras na Rodovia do Café, no trecho Ponta Grossa — Apucarana; e 348 milhões à CAFÉ PARANÁ, para fomento da agricultura e da pecuária. No ano findo, a CODEPAR recebeu 120 solicitações de financiamento, emprestando, às que foram julgadas em boas condições técnicas, 406 milhões de cruzeiros.

Absolutamente convencido de que a luta em favor do desenvolvimento econômico do Estado deve sustentar-se no binômio **energia e estradas**, sem o que jamais teremos índices

de produção à altura dos grandes centros nacionais e, mesmo, internacionais, o meu Governo tem concentrado a massa da arrecadação na construção de usinas elétricas e rodovias, podendo anunciar, com justo orgulho, a execução e andamento de obras, nos dois setores, superiores, relativamente ao tempo, a tudo quanto havia sido feito anteriormente por outras administrações.

No que tange à energia elétrica, cujos serviços estão a cargo da COPEL, UTEFPA e D.A.E.E., há a destacar, de início, a conclusão da Usina Termelétrica de Figueira, com 20.000 kw, já servindo a cidade de Ponta Grossa, devendo suas linhas de transmissão se prolongar até Curitiba, para reforço do abastecimento da Capital. Somente em 1962, foram aplicados nessa usina 500 milhões de cruzeiros, a fim de superar a crise de energia que se verificava, há anos, naquela cidade. Iniciada há mais de 10 anos, a construção da Usina Termelétrica de Figueira foi concluída em tempo recorde, graças à aplicação de recursos maciços na atual gestão. Foi igualmente terminada a Usina Piloto de Campo Mourão, com 1.500 kw, ligada àquela cidade em agosto de 1962. Na Usina de Mourão I, com 8.500 kw, hidrelétrica como a anterior, foram gastos, no exercício findo, 105 milhões de cruzeiros, em reparos de obras abandonadas e construção de instalações complementares, pois se achava paralisada desde 1958. Também em 1962 foi iniciada a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Grande do Iguaçu, com 14.000 kw que servirá a região sul e sudoeste do Estado, devendo estar concluída dentro de dois anos, ao custo de mais de 1 bilhão de cruzeiros. Em fase final se acham os trabalhos da Usina Hidrelétrica de Chopim I, com 4.400 kw, em Pato Branco, também para servir o Sudoeste, estando em elaboração o projeto da Usina Hidrelétrica de Chopim II, com 60.000 kw, na foz do Rio Chopim, procedendo-se a ampliação da Usina de Ocoí, em Foz do Iguaçu, e do Cavernoso, em Laranjeiras do Sul. Ao mesmo tempo, foram principiadas as obras de construção da Usina Hidrelétrica de Capivarí-Cachoeira, que será a maior do Estado, com 230.000 kw, devendo seu custo ser superior a 15 bilhões de cruzeiros, prosseguindo

o Estado no pagamento das quotas que lhe cabem na execução da Usina Hidrelétrica de Chavantes, da USELPA, que deverá fornecer ao Paraná 140.000 kw, ou seja, 40% do seu total. Para tanto, somente em 1962 foram integralizados 300 milhões de cruzeiros. Para aproveitar a energia da Usina Hidrelétrica do Paranapanema, está sendo instalada a linha tronco do Sistema de Transmissão Norte, concluindo-se em 1962 o trecho Apucarana - Maringá, com 51 quilômetros, e prosseguindo em direção a Alto Paraná, com 50 quilômetros, praticamente terminado, trabalhos êsses antecidos, em 1961, pela construção do trecho Londrina - Apucarana, com 41 quilômetros. De outra parte, foi começada no ano passado a linha de transmissão de Londrina a Florestópolis, iniciando-se em 1963 a de Apucarana - Mandaguari. Dentro dos sub-sistemas de transmissão, foram concluídas as linhas para Sabáudia, Astorga, Munhoz de Mello, Iguaraçu e Califórnia, partindo de Apucarana, saindo de Maringá a linha para Mandaguaçu. Ao mesmo tempo, acham-se em obras as sub-estações de Londrina, Apucarana, Maringá e Alto Paraná, encontrando-se pronto o projeto Florestópolis, tôdas com equipamento já encomendado. Com relação a Mandaguari, Marialva, Cambira, Jandaia do Sul, Centenário do Sul, Itaúna, Miraselva, Guaraci, Jaguapitã, Lupionópolis, Bela Vista do Paraíso, Primeiro de Maio, Sabáudia, Astorga, Munhoz de Mello, Flórida, Califórnia, Santo Antônio do Palmital, Bonsucesso, Floresta, Nova Esperança, Paranavaí, Mandaguaçu, Floriano e Marumbi, os projetos já se acham em fase final de elaboração, tendo sido encomendado todo o equipamento. Para evitar o racionamento em Curitiba, foram adquiridos três grupos geradores diesel, no valor de aproximadamente 1 bilhão de cruzeiros, que fornecerão à Capital mais 10.000 kw. Parte dêsse material já está a caminho da cidade, devendo estar instalado dentro de 30 dias de sua chegada. Concluindo o plano de construção de usinas elétricas, terá o Paraná um abastecimento de 500.000 kw, volume de energia capaz de enfrentar a demanda e concorrer, decisivamente, para o desenvolvimento econômico do Estado. Ao lado disso, o meu Governo gestiona junto à administração

federal e com ela colabora nos estudos que visam ao aproveitamento do Salto das Sete Quedas, no qual a construção de uma usina hidrelétrica dará ao Brasil 10.000.000 kw, o maior potencial de todo o mundo. Em dois anos, aplicamos no setor de energia elétrica 4 milhões de cruzeiros, enquanto que, de 1956 a 1960, os recursos usados foram apenas de 700 milhões.

Noutro setor fundamental ao desenvolvimento da economia do Estado — o rodoviário — foram aplicados, em 1962, 5 bilhões e 600 milhões de cruzeiros, contra 1 bilhão e 720 milhões no ano anterior. Daquele total, a União forneceu apenas 1 bilhão e meio de cruzeiros, cabendo o restante a fontes próprias do Estado. O esforço básico continua sendo concentrado na Rodovia do Café (BR-104) e na Rodovia dos Cereais (BR-87), devendo a primeira, no trecho Ponta Grossa-Apucarana, estar concluída até fins do próximo ano, pois reúne, para a sua execução, uma das maiores concentrações de máquinas rodoviárias de todo o País, enquanto que a segunda será terminada integralmente neste exercício. Somando ao trabalho realizado em 1961, a atual gestão dará ao Paraná até o fim deste ano mais de 300 quilômetros de estradas asfaltadas. A redução havida na pavimentação do exercício em exame foi resultante do fabuloso movimento de terraplanagem que teve de ser levado a efeito, atingindo o montante de 7 milhões, 595 mil, 936 metros cúbicos, contra 2 milhões, 123 mil, 412 metros cúbicos em 1961, sendo aplicados, naquele ano, 1 bilhão, 890 milhões, 456 mil e 259 cruzeiros, quase quatro vezes mais do que no anterior. Em 1962 foram asfaltados os seguintes trechos: Apucarana-Araruva (15 Kms.), Maringá-Santo Maneta (9 Kms), Contorno Ponta Grossa (11 Km), acesso Ponta Grossa (3 Kms e meio), conclusão Maringá-Mandaguari, na BR-104, enquanto que na BR-87 foram obtidos os seguintes números: Bandeirantes-Santa Mariana (16 Kms e meio) Melo Peixoto-Andirá (13 Kms), Uraí-Cornélio Procópio (4 Kms e meio), somando-se a esses totais mais 2 Kms. na BR-35, no trecho Curitiba-Paranaguá. Serão concluídos em 1963 os trechos entre Ponta Grossa-Alto do Amparo, Apucarana-Araruva e 80% en-

tre Araruva-Ortigueira, na BR-104. A BR-87, entre Jandaia-Melo Peixoto, estará integralmente asfaltada neste ano, já se achando contratada a recapagem de trechos velhos em más condições. De outra parte, para possibilitar fácil acesso ao litoral, será asfaltada em 1963 a chamada Estrada da Graciosa, até Marta, na encruzilhada com a BR-35, adiante de Morretes, e daí, pela Auto-Estrada, até Paranaguá. A decisão de pavimentar êsse trecho foi consequente da redução de verbas federais para o asfaltamento do novo traçado da Serra do Mar, que, pelas suas características técnicas, exigirá recursos realmente astronômicos. Ao mesmo tempo, será também terminado em 1963 o trabalho de melhoria, alargamento e terraplenagem da Rodovia do Xisto (PR-5, entre Curitiba e São Mateus do Sul), cujo asfaltamento meu Governo pretende realizar no ano entrante. Com o montante que será concluído neste exercício, a atual gestão terá realizado, em 3 anos, tarefa de asfaltamento de rodovias praticamente igual ao que antes fôra feito em tôdas as administrações anteriores reunidas.

Correndo paralelamente em importância aos setôres de energia e estradas, a agricultura, fonte principal de nossa economia, recebeu especial atenção, sendo incentivada a assistência aos lavradores e criadores. Prosseguiu a distribuição de reprodutores de raça para fomento à pecuária de corte, sendo entregues, em 1962, mais de 1.000 cabeças de gado Nelore aos criadores paranaenses e número menor de gado Holandês e Charolês. Para a formação de técnicos do campo, foi completamente reestruturado o ensino agrícola do Estado, de acôrdo com normas modernas e em atenção às necessidades específicas do Paraná. No mesmo setor, a CAFÉ DO PARANÁ, distribuiu 15.000 sacas de sementes de feijão, 350.000 de algodão, 32.000 de milho, 5.000 de trigo e 3.500 de arroz, conseguindo sustentar, em 1962, intervindo no mercado, o preço do feijão e do arroz, quando êsses produtos rarearam ao consumidor. Ao mesmo tempo, o setor de Mecanização Agrícola, através dos postos de Curitiba, Ponta Grossa, Irati, Guarapuava, Pato Branco, Paranavaí, Maringá, Londrina e Santo Antonio da Platina, efetuou



trabalhos em 10.950 hectares de terras, atendendo 1.196 pedidos em 421 localidades do Paraná. Com a finalidade ainda de assistir à produção agrícola, a COPASA está construindo, devendo concluir dentro de poucos meses, armazéns em Pato Branco, Guarapuava e Campo Mourão, com capacidade para 5.000 toneladas, Unidade Armazenadora de Curitiba, no Atuba, e obras semelhantes para expurgo de sementes de algodão e armazenamento de cereais em Maringá e Assaí, com a mesma capacidade mencionada. Visando ampliar as suas atividades, a COPASA elevou o seu capital de 295 para 500 milhões de cruzeiros.

Colimando proporcionar efetivas medidas de auxílio à população de vasta região do País, no qual o flagelo da fome já é espectro visível, foi elaborado na atual gestão o plano «Alimentos para o Brasil», que, no ano findo, teve ampla execução, com o fornecimento de gêneros de subsistência a vários Estados do Nordeste, tarefa que há de prosseguir, incessantemente, em favor de irmãos submetidos a trágicas privações.

Não passa desapercibida ao atual Governo a importância transcendental que devem merecer do Poder Público os setores de assistência social, educação e saúde. Assim, além do trabalho realizado em 1961, no setor assistencial, com a completa recuperação dos estabelecimentos para menores de Campo Comprido e do Cangüiri, afora outros, foi criado em 1962 o Instituto de Assistência ao Menor, que aplicará, no corrente exercício, 400 milhões de cruzeiros, fundos êsses que serão fornecidos, principalmente, pela Loteria Estadual. De outra parte, procedeu-se à instalação efetiva do Instituto de Recuperação de Surdo-Mudos, que havia sido instituído em 1953.

Ainda nêsse setor, o Governo do Estado promoveu a reforma e ampliação do Asilo São Vicente de Paulo, do Educandário de Santa Felicidade, da Escola de Formação de Menores de Campo Comprido, Educandário Munhoz da Rocha, Escola de Menores de Piraí do Sul, de Tibagi, de Arapoti, do Lar Escola Hermínia Lupion, do Orfanato Manoel Ribas, do Educandário Nossa Senhora das Dôres, da Casa do Pequeno

Jornaleiro. Através do Instituto de Assistência ao Menor, estão programados para 1963, a construção e ampliação do Centro de Triagem e Hospital Psiquiátrico Infantil, da Escola de Recuperação de Menores de Piraquara, da Escola para Menores Surdos, da Delegacia de Proteção ao Menor, do Recolhimento Provisório de Menores e da Casa do Menor Trabalhador.

No segundo — Educação — dentro do planejamento adotado, foram criados organismos novos, capazes de investir, em educação e cultura, com eficiência e rapidez, recursos extraorçamentários. Vale ressaltar, entre eles, a FUNDEPAR, cujas dotações são constituídas de centenas de milhões de cruzeiros, destinadas, principalmente, a ampliar a rede escolar do Estado. Meu Governo pretende a democratização do ensino e da cultura, dentro de princípios cristãos que estão na consciência do povo brasileiro. Na luta contra o analfabetismo, iniciada agora, com vigor, pela União, temos já o que oferecer como contribuição antecipada aos objetivos visados no Brasil. A Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo — MECA — tem sob sua orientação mais de 30.000 alunos, já tendo entregue certificados a inúmeras turmas. Simultaneamente, está sendo executada a reforma do ensino primário e pré-primário, achando-se praticamente concluídos os estudos para a instituição do Sistema Estadual de Ensino, devendo ser reformulada toda a legislação de ensino do Estado, com a atualização dos cursos secundários, ampliação do ensino técnico e profissional e reforma do ensino normal. Além disso, foram criados os Institutos de Educação de Londrina e Ponta Grossa, 9 Escolas Normais Secundárias e 5 Escolas Normais Regionais, a Faculdade de Agronomia e Veterinária de Apucarana e de Odontologia de Cambará, e instaladas e postas em funcionamento a Faculdade de Odontologia de Londrina, Ginásio Industrial e Oficinas de Artes Industriais de Ponta Grossa.

No terceiro — Saúde Pública — foi ampliada a campanha de vacinação contra a poliomielite, sendo aplicadas 420.000 doses de Vacina Sabin, em 121 Municípios, ao mesmo tempo em que 100.000 quilos de leite em pó eram distribuídos a crianças. 200 novos leitos foram acrescentados aos existentes

no Hospital «Colônia Adauto Botelho», sendo instalados dispensários contra a tuberculose em Irati e Guarapuava e inaugurado o Centro de Saúde de Apucarana. Nesse setor, ainda, teve início o programa de erradicação da varíola, que prevê a imunização de, no mínimo, 80% da população do Estado, tendo começado, igualmente, o plano de reaparelhamento das Unidades Sanitárias do interior.

Solução pacífica, humana e prática continua tendo o problema de terras no Estado, que, em passado não remoto, chegou a engolfar o sudoeste em sangue. Associado ao Governo da União, com a criação do Grupo Executivo de Terras do Sudoeste e Oeste do Paraná (GETSOP), o Paraná dirimiu a questão das glebas «Missões» e «Chopin», através da desapropriação e conseqüente cessão de áreas a verdadeiros lavradores, que há anos as trabalhavam e faziam produzir, sem deter a sonhada posse. O mesmo foi feito, exclusivamente pelo Estado, em Palotina, com as glebas Rio Azul e Piquirubi. Ao lado disso, prosseguiu a revisão administrativa de anteriores titulações irregulares e no ajuizamento de ações para cancelamento de transcrições imobiliárias, com sucesso já alcançado em algumas delas, com o que reverteram ao patrimônio do Estado algumas dezenas de milhares de alqueires de terras. Até o momento, cêrca de 3.000 títulos já foram expedidos, correspondentes a mais de 20.000 hectares, concedidos, a legítimos ocupantes em todo o Estado. 190 quilômetros de estradas vicinais foram abertos e 200 melhorados em regiões de colonização recente. Visando assistir o homem do campo, foram colocados em funcionamento 18 postos de amparo ao trabalhador rural, que prestam serviços médicos, odontológicos e jurídicos, além de ensino agrícola especializado.

No setor de edificações, vastíssimo número de obras foi executado, valendo mencionar as seguintes: edifício das Faculdades de Ponta Grossa, Ginásios em Marialva e Rebouças e ampliação do de Piraquara, Grupos Escolares em Curitiba (4), Irati, Ponta Grossa, Tibagi, Santo Antonio da Platina, Bandeirantes, Nova América da Colina, Londrina (5) Inajá, Mandaguari, Maringá (2), Nova Esperança, São Jorge,

Alto Paraná, Loanda (2), Nova Londrina (2) Paranavaí, São Carlos do Ivaí, Santa Cruz do Monte Castelo, Tamboára, Araruna, Janiópolis (4), Campo Mourão (4), Barbosa Ferraz, Iretama, Campina da Lagoa, Roncador, Barracão e Pato Branco, num total de 260 salas de aula, às quais podem ser acrescentadas mais 86 Casas Escolares, com 107 salas. Para atender a Fazenda, foram construídos 10 Postos Fiscais, 2 Coletorias (Pato Branco e Contenda) e 1 Distrito Fiscal (Pato Branco). No setor de Segurança, Delegacia e Cadeia em Santa Quitéria (Curitiba) e Maringá, Delegacia Provisória e Alojamento para praças da Polícia Militar, em Cascavel. Para Assistência Social, Escola de Menores de Arapotí. Para Justiça, Foruns em São João do Triunfo, Toledo, Pato Branco, Guarapuava e Morretes. Para agricultura, Estação Experimental de Frutas Cítricas, em Morretes. Concomitantemente, estão em execução algumas centenas de obras públicas, nos diversos setores mencionados, cujos detalhes podem ser encontrados na segunda parte desta mensagem.

No setor de saneamento, a principal obra realizada foi a ampliação do abastecimento de Curitiba, com o aproveitamento das águas do Rio Iraí, já se achando em execução os trabalhos preliminares para o uso do Rio Iguaçu, cuja conclusão assegurará o consumo da Capital até o fim do século. Em 1962, a rede de água de Curitiba foi aumentada em 25 quilômetros, cinco vezes mais do que em 1961. No interior do Estado, as obras mais destacadas foram a conclusão dos reservatórios elevados de Bandeirantes e Rolândia, o prosseguimento dos reservatórios de Campo Largo, Araçongas e Apucarana, conclusão da primeira etapa da rede de água de Marialva, Lapa, Ribeirão Claro, Rolândia, Araçongas e Apucarana, reforço do abastecimento de água de Bandeirantes, prosseguimento da rede de Rio Negro, início da construção da rede de Campo Mourão e São José dos Pinhais, construção da rede de esgotos de Bandeirantes, conclusão do emissário de esgotos de Piraí do Sul, Palmeira e Uraí, prosseguimento das obras de construção das redes de esgotos de Apucarana e Foz do Iguaçu, além de obras menores de água e esgotos em Cornélio Procópio, Jaca-

rèzinho, Santo Antônio da Platina, Jundiá do Sul, Castro, Irati, Morretes, Paranaguá, Palmeira, Uraí e Cambará.

Ainda no setor de obras, o Estado está prosseguindo na construção da Estrada de Ferro Central do Paraná, sendo aplicados, nessa tarefa, em 1961 e 1962, 168 milhões de cruzeiros, esperando-se que os seus trilhos alcancem Ipiranga até junho de 1964. Ao mesmo tempo, foram realizadas obras de recuperação de aeroportos em Paranaguá, Guaratuba, Capanema, Jacarèzinho, Terra Rica, Loanda, Paranaíba, Maringá, Cascavel e Francisco Beltrão, além de diversas de vulto no Pôrto de Paranaguá, como dois armazéns, câmaras frigoríficas para pescado, e dragagem, nas quais foram aplicados 200 milhões de cruzeiros. Graças às reformas e melhoramentos por que passou, o Pôrto de Paranaguá tornou-se auto-suficiente, não devendo receber recursos do Estado em 1963. No setor de compras, o movimento passou de 922 milhões de cruzeiros em 1960 para 449 milhões em 1961, atingindo 896 milhões em 1962. Com pagamentos realizados à vista, foi obtido um desconto de 6 milhões de cruzeiros, num montante de 29%, o que nunca ocorrera anteriormente.

Aos Municípios do Interior e da Capital foi facilitada a aquisição de máquinas rodoviárias, sendo pagos aos primeiros, da quota do Artigo 20, em 1962, 1 bilhão e 250 milhões de cruzeiros, que podem ser somados aos 500 milhões saldados em 1961.

Com o obetivo de organizar em bases racionais o quadro de funcionários do Estado, sem cuja louvável colaboração não teria sido possível realizar qualquer trabalho de vulto, foi elaborado o Plano de Classificação, em fase final de implantação, o que permitiu corrigir situações anômalas e injustas e estabelecido o regime de mérito. Nos dois anos do meu Governo, diversos aumentos de vencimentos foram concedidos aos operosos servidores públicos, passando a despesa, com a classe, de 4 e meio bilhões em 1960, para aproximadamente 24 bilhões de cruzeiros em 1963. Infelizmente, a inflação que sufoca o País anula quase por completo as majorações concedidas, reduzindo cada vez mais o valor aquisitivo da nossa

moeda. A fim de melhorar a eficiência do serviço público e preparar pessoal qualificado e necessário ao atendimento das exigências do desenvolvimento do Estado, foram patrocinados, em 1962, 37 cursos de especialização, assistidos por 1949 funcionários sendo concedidas 52 bolsas de estudos em instituições de São Paulo, Rio de Janeiro e Estados Unidos da América do Norte. Para dinamizar a ação do Estado, foi iniciada, achando-se quase concluída, uma verdadeira reforma administrativa, com a reestruturação de várias Secretarias e Departamentos estaduais.

Tenho relatado a Vossas Excelências, Senhor Presidente, Senhores Deputados, as principais atividades da administração no exercício de 1962. Ao mesmo tempo em que, perante esta Egrégia Assembléia, me proponho a garantir igual ritmo ao restante do meu mandato, sem redução do volume de atividades, reitero o meu propósito de manter incólume as linhas éticas do meu Governo, fundadas na formação moral de todos os seus integrantes. O trabalho realizado, visando solidificar as bases do desenvolvimento econômico do Estado, não teria sentido se não colimasse, fundamentalmente, proporcionar maiores recursos ao estabelecimento de melhores condições de vida aos brasileiros do Paraná e a aquêles que, provindos de todos os Países, colaboram decisivamente para o nosso progresso.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Dei de mim, até aqui, tudo o que pude, dentro das minhas limitações. Assim o fez a equipe que compõe o meu Governo. Procuramos honrar a confiança do povo do Paraná realizando um Governo honrado e produtivo. Com a ajuda de Deus, que não nos tem faltado, trabalharemos sempre pelo Paraná, mas também conscientes de que os homens públicos do Brasil cometerão êrro gravíssimo ao se omitirem em face dos graves problemas nacionais. É imperioso que se tomem decisões corajosas para a defêsa dos princípios democráticos e dos ideais cristãos, que hão de ser garantidos na execução de reformas

básicas, indispensáveis ao desenvolvimento do País e ao bem estar do povo.

Não faltaremos, pois, ao Paraná e ao Brasil.

Curitiba, 1º de Maio de 1963

NEY BRAGA

II — A CONJUNTURA ECONÔMICO-FINANCEIRA

1) A Evolução da Economia

A capacidade de ação do Govêrno está condicionada pela evolução da economia, de onde obtém seus recursos e sôbre a qual age.

No caso de uma unidade administrativa, como é o Paraná, o condicionamento está limitado em parte pela impossibilidade do Govêrno agir sôbre amplos setôres da economia, por ser essa ação de exclusiva responsabilidade da União.

Cabe analisar aqui, no nível de pormenorização compatível com a natureza dêste documento, o comportamento da economia paranaense em 1962, suas causas e suas consequências.

As próprias deficiências dos sistemas utilizados no Brasil para a apuração e avaliação de dados estatísticos, impedem-nos de poder contar com informações suficientemente exatas sôbre um período tão próximo.

Por outro lado, não há razão que impeça afirmar que a estrutura econômica do Paraná permaneceu estável durante o período, resistindo ainda às tendências histórica que agem no sentido de sua modificação.

O setor primário (agricultura, pecuária e extração) principal gerador de renda, atingindo 64% da renda interna gerada em 1960, último ano sôbre o qual há dados disponiveis. O setor secundário (indús-

tria e mineração) alcançou 10% do total no mesmo ano.

As exportações paranaenses de café, principal indicador do estado geral de nossa economia, apresentaram os seguintes resultados nos últimos anos (apenas o exportado por portos paranaenses).

Anos	Sacas	Milhões de cruzeiros	Milhares de dólares
1959	3.845.299	11.172	170.679
1960	2.232.832	7.900	97.495
1961	3.321.219	16.453	142.344
1962	3.904.255	22.453	156.955

A estes valores deve-se acrescentar o movimento de exportação de café paranaense, pelos demais portos nacionais, que alcança, no período indicado, a um nível médio de 2 milhões de sacas anuais.

Os dados, ao mesmo tempo que indicam uma sensível melhoria no volume exportado, superior em 1962 ao máximo de 1959, mostram claramente a deterioração dos preços em dólares, característica típica das economias exportadoras de produtos primários.

Por outro lado a produção de gêneros alimentícios sofreu redução sensível, principalmente pelo desestímulo representado pelos baixos preços pagos aos produtores nas safras anteriores. Essa situação provocou escassez de gêneros nos centros urbanos, exigindo a intervenção direta do setor público. O estímulo representado pelos preços elevados obtidos pelos produtores no período de escassez, faz prever uma grande safra para 1963, o que realmente ocorre, exigindo de tôdas as esferas de Governo ação objetiva no sentido de assegurar níveis compensadores de preços, de modo a não permitir que novos desestímulos reduzam as safras futuras, repetindo as condições de escassez que prevaleceram em 1962.

A evolução da conjuntura econômica nacional apresentou no ano passado situações específicas que virão apressar as modificações estruturais da economia paranaense.

As deficiências da capitalização da economia estadual, fruto de incompreensão sistemática do papel relevante do Paraná na evolução da economia nacional, atingem atualmente o seu ponto crítico.

É hoje o Paraná o maior Estado produtor de café e na realidade o último reduto da cafeicultura brasileira. A desatenção à lavoura cafeeira, pela restrição de crédito e congelamento de preços, ameaça a estabilidade do setor econômico que deverá garantir a metade das receitas cambiais do país, ainda por muitos anos. Somente uma revisão ampla da política cafeeira, pela rápida melhoria das lavouras paranaenses, de forma a garantir melhor qualidade para os nossos cafés, aliada a pagamento compensador para o produto, evitará dentro de poucos anos a escassez de cafés exportáveis.

Realizamos estudos aprofundados, neste sentido, e apresentamos sugestões viáveis ao Governo Federal, não apenas objetivando a defesa da economia paranaense, mas, principalmente, com os olhos voltados para as dificuldades nacionais, profundamente vinculadas ao balanço de pagamentos. Por outro lado, a inexistência de uma rede de transporte e armazenagem, adequada à nossa potencialidade produtiva, acarretará a impossibilidade de escoamento das grandes safras de cereais, que produziremos este ano. Esforço humano e humus da terra serão perdidos quando o país mais necessita de alimentos.

O Governo do Estado vem realizando esforços ingentes para a correção dessas deficiências. É necessário, entretanto, que o Governo Federal realize a sua parte, executando as obras básicas que estão a seu cargo, ou concedendo os financiamentos que o Estado



vem pleiteando. Obras como as estradas de Fóz do Iguaçú-Ponta Grossa e Curitiba-Paranaguá, o aparelhamento e dragagem do Pôrto de Paranaguá, a ampliação da réde de armazens e silos, a construção de Capivari-Cachoeira, etc. tôdas da maior urgência e fundamentais à consolidação e crescimento da economia regional, estão vinculadas as decisões do Govêrno Federal que, estamos certos, não tardará em tomá-las, compreendendo assim o relevante papel destinado ao Paraná na luta pelo progresso do país.

2) — As Finanças Públicas.

As crescentes responsabilidades do Govêrno do Estado refletem-se, direta e imediatamente, sôbre as finanças públicas. Ao mesmo tempo que se procura assegurar a receita suficiente à cobertura das despesas públicas, esforços devem ser realizados para não comprometer o equilíbrio financeiro do Estado. A busca concomitante dêsses objetivos, até certo ponto contraditórios, tem exigido constante melhoria das práticas fiscais, de modo a permitir o aumento necessário da receita pública sem recorrer à elevação dos impostos.

A execução orçamentária dos exercícios de 1960 e 1961 assim se apresentou (em milhões de cruzeiros):

	1960		1961
	———		———
Receita —	10.781	Receita —	16.591
Despesa —	15.754	Despesa —	15.176
	—————		—————
Déficit —	4.973	Superavit —	1.415

O orçamento para o exercício de 1962, apresentava uma receita de 22.244 milhões e uma despesa de

32.728 milhões, o que nos dá um déficit de 10.484 milhões.

A execução orçamentária de 1962 apresentou os seguintes resultados (em milhões de cruzeiros):

Receita	—	26.422
Despesa	—	26.152
		<hr/>
Superavit	—	270

O resultado alcançado, foi conseguido graças à contenção de despesa, levada a efeito com grande esforço, pela Secretaria da Fazenda.

No exercício de 1962 a receita realizada pelo Estado, totalizou Cr\$ 26.422.117.430,20, assim compreendida:

Ordinária:

Tributária	...	24.443.940.312,60	—	92,51 %
Patrimonial	...	49.435.516,60	—	0,20 %
Industrial	...	10.955.239,80	—	0,05 %
Diversas	...	149.423.358,50	—	0,56 %
		<hr/>		
Soma da Receita Ord.		24.653.754.427,50	—	93,32 %

Extraordinária:

Operações de Crédito	...	503.482.969,30	—	1,90 %
Diversos	...	1.264.880.033,40	—	4,78 %
		<hr/>		
Soma da Receita Extr.		1.768.363.002,70	—	6,68 %
		<hr/>		
Total Geral	...	26.422.117.430,20	—	100%
		<hr/>		

O demonstrativo da Receita assim se apresentou:

Receita Ordinária
TRIBUTÁRIA

a) Impostos	
Territorial	11.633.525,10
Transmissão de Propriedade «Causa Mortis»	106.341.502,40
Transmissão de Propriedade «Inter Vivos»	89.384,90
Vendas, Consig. Transa- ções	21.290.021.723,60
Sêlo — Adesivo	165.517.078,50
Sêlo — Verba	358.211.961,90
Bebidas Alcoólicas	32.850.741,20
Total dos Impostos	21.964.665.917,60
b) Taxas	
Valorização Agrária	29.655.667,00
Serviço de Trânsito	131.639.577,10
Assistência Social	38.016.386,70
Aposentadoria dos Serven- tuários da Justiça	13.527.074,00
Emolumentos e Custas Ju- diciárias	17.083.334,00
Sôbre o Café	117.140.157,00
Fiscalização do Leite	3.301.870,10
Demarcação de Terras	213.684,40
Eletrificação	2.128.696.644,70
Total das Taxas	2.479.274.395,00
Total da Receita Tributá- ria	24.443.940.312,60

Receita Patrimonial	
Aforamento de Terras	140,10
Juros de Depósitos	28.614.006,50
Dividendos da Receita Patrimonial	20.821.370,00
	<hr/>
Total da Receita Patrimonial	49.435.516,60
Receita Industrial (exclusive órgão autônomos)	
Renda da Penitenciário do Estado	685.153,70
Renda da Secretaria da Saúde e Repartições Subordinadas	56.150,00
Renda da Imprensa Oficial	10.213.936,10
	<hr/>
Total da Receita Industrial .	10.955.239,80
Receitas Diversas	
Fundo Nacional de Eletrificação	149.423.358,50
Receita Extraordinária	
Venda e Legitimação de Terras	79.966.728,50
Venda de Bens e Próprios do Estado	11.151.672,60
Cobrança da Dívida Ativa .	27.833.372,50
Contribuição dos Municípios para o Serviço de Saúde	30.757.715,40
Operações do Crédito	503.482.969,30
Renda Eventual	1.036.125.179,10
Renda Líquida da Exploração do Serviço Lotérico . . .	79.045.365,30
	<hr/>
Total da Receita Extraordinária	1.768.363.002,70

Vemos que a base da Receita é, como sempre, o impôsto sôbre vendas, consignações e transações, que corresponde a 87,1% da Receita Tributária e a 80,5% do total arrecadado em todas as rubricas.

Do total da receita, caso se subtraiam entradas m̀eramente contábeis (como os Restos a Pagar de 1957 incluídos na Renda Eventual), e as operações de crédito, verifica-se que o efetivamente arrecadado alcançou a 25.865 milhões.

A arrecadação acha-se, outrossim, concentrada em determinadas áreas geo-econômicas. Das 284 exatarias apenas 43 arrecadaram mais de 100 milhões no exercício. A essas 43 cabem 65,6% da arrecadação efetiva.

O incremento de 55,8% verificado em 1962 sôbre 1961 deve-se a diversos fatôres, entre os quais convém salientar o recebimento do empréstimo do Banco do Brasil em Letras do Tesouro Nacional, o processo inflacionário, o próprio crescimento da economia sôbre a qual incidem os tributos e, por último, mas também importante, a melhoria da máquina arrecadadora pela dinamização da fiscalização e do equipamento e moralização dos órgãos encarregados do setor fiscal.

Analisemos agora as despesas realizadas no exercício. Dentro do critérios fixados pela Lei Orçamentária, a despesa por elemento foi a seguinte (em milhões de cruzeiros):

Pessoal Fixo	7.719
Pessoal Variável	3.593
Material	965
Diversos (custeio)	961
Transferências Correntes Diversos ..	3.904
Transferências Correntes (artigo 20) .	1.050
Investimentos	3.973
Transferências de Capital	2.910

Inversões Financeiras	232
Amortização da Dívida Pública	36
	<hr/>
Sub-Total	25.343
Despesa Extra-Orçamentária	809
	<hr/>
Total Geral	26.152

No que se refere às despesas de custeio os aumentos verificados são em grande parte causados pelo processo inflacionário.

A visão da destinação da despesa é dada pelo quadro abaixo, onde vemos sua distribuição por órgão (despesa orçamentária):

Assembléia Legislativa	347.980.393,30
Tribunal de Contas	85.393.787,40
Governo do Estado (Órgãos diretamente subordinados)	567.235.540,90
Secretaria da Agricultura ..	1.025.341.488,10
Secretaria de Educação e Cultura	5.353.924.522,50
Secretaria da Fazenda (In- clusive Administração Ge- ral do Estado)	5.550.978.991,20
Secretaria dos Negócios do Governo	240.926.304,20
Secretaria do Interior e Justiça	2.338.692.568,10
Secretaria de Saúde Pública	1.312.950.893,10
Secretaria do Trabalho e Assistência Social	443.996.477,80
Secretaria de Viação e Obras Públicas	6.748.372.234,30
Secretaria de Segurança Pública	930.021.072,90

Tribunal de Justiça	154.600.053,40
Magistratura	242.401.823,90
	<hr/>
Total	25.342.816.151,10

Vejamos agora a evolução do endividamento do Estado.

O Balanço Patrimonial do exercício de 1961 mostrava um Passivo Financeiro da ordem de 9.569 milhões.

Ao findar o exercício de 1962 o Passivo Financeiro alcançava a casa dos 11,2 bilhões.

Uma melhor compreensão da dívida referida nos é dada por sua especificação (em milhões de cruzeiros).

Restos a Pagar:

De 1957	0,3	—	0,3
De 1958	139,0	20,7	159,7
De 1959	50,8	24,0	74,8
De 1960	709,6	382,3	1.091,9
De 1961	143,1	939,8	1.082,8
De 1962	5.059,0	1.980,8	7.039,8
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Sub-Total	6.101,8	3.347,6	9.449,4
Contas a Regularizar			81,0
			<hr/>
Total			9.530,4
Depósitos de diversas origens			1.353,1
Diversas Contas			301,0
Total Geral Passivo Financeiro			11.184,5

O Passivo Permanente encerrou-se em 1962 com 3.490,3 milhões.

A Dívida Fundada Interna viu-se aumentada no exercício de 2.414,6 milhões para 3.043,9 milhões em vista do empréstimo do Banco do Brasil em Letras do

Tesouro Nacional, Juros e Governo Federal — Conta Empréstimos em Letras do Tesouro Nacional.

A Dívida Fundada Externa, que em 1961 perfazia o montante de 185,3 milhões passou para 296,6 milhões isto devido ao reajuste em razão da depreciação do cruzeiro.

Diversas contas nos dão uma dívida de 149,7 milhões.

Em cumprimento aos preceitos constitucionais o Executivo enviou, à Assembléia, a Proposta Orçamentária para o exercício de 1963, que pode ser assim resumida (em milhões de cruzeiros):

Receita	30.237
Despesa	39.412
	<hr/>
Déficit	9.175

A Lei 4649, de 23 de novembro de 1962, aprovou o Orçamento dentro do seguinte esquema (em milhões de cruzeiros):

Receita	30.237
Despesa	54.869
	<hr/>
Déficit	24.632

Acrescentando-se o crédito suplementar de 8,7 bilhões votado pelo Legislativo para custear o aumento concedido ao pessoal, o déficit total será de 33,3 bilhões.

Em função da magnitude desse déficit, o Poder Executivo organizou um Plano de Aplicação, fixando as prioridades a serem seguidas na execução orçamentária. A política de gastos prossegue concentrando seus esforços na solução dos problemas básicos de infra-estrutura.

Em nossa Mensagem anterior, já nos referimos à situação calamitosa em que se encontrava o Banco do Estado do Paraná S/A., e sua recuperação nesta Administração. Assim é, que com um trabalho sério e bem estruturado, a atual Diretoria conseguiu elevar os depósitos, no ano de 1961, de 1,2 para 3,7 bilhões e no ano de 1962 para 8,3 bilhões. O déficit operacional foi substituído em 1961 por um lucro de 80 milhões e em 1962 esse lucro atingiu a 436 milhões.

Os recolhimentos obrigatórios à SUMOC, que não se vinham realizando desde 1956, foram reiniciados em 1961 com um valor de 45 milhões e já no exercício de 1962 essa importância elevou-se para 144 milhões. A dívida do Banco para com a CAMOB (Caixa de Movimentação Bancária), representada por um contrato vencido, no valor de 2,085 bilhões em 1961, ficou reduzida no exercício para 1,8 bilhões.

A Carteira de Empréstimos em Geral foi ativada, cumprindo salutar norma de rigorosa seleção de crédito, dando prioridade e total atenção às atividades reprodutivas. No decurso do exercício esta carteira aplicou a elevada cifra de 19,3 bilhões, contra 10,0 bilhões em 1961, com um aumento portanto, de 9,3 bilhões, ou seja, um percentual progressivo equivalente a 90,2%.

3) A Política Econômica.

Em nossa Mensagem do ano passado apresentamos os fundamentos da política econômica que vem sendo seguida por este Governo.

Firmando suas raízes ideológicas na concepção cristã do homem, alicerça suas premissas básicas em sua valorização. Sua doutrina não prega o desenvolvimento pelas suas consequências materiais, mas pelas possibilidades que o bem estar material proporciona ao homem para encontrar seu verdadeiro destino.

A grande opção implícita em tôdas as decisões de política econômica é a escolha entre o futuro e o presente.

Não cremos nas doutrinas que sacrificam gerações à construção do futuro, esquecidas que as gerações presentes representam também a humanidade e que não há justiça em privá-las da felicidade em nome das que virão.

Não cremos igualmente nas doutrinas que preferem concentrar seus esforços na satisfação das necessidades do presente, esquecidas que a própria escala de necessidades do presente é fundamentalmente injusta, pois baseia-se na estrutura desigual que o passado nos legou.

Acreditamos que podemos e devemos atender as aspirações das gerações atuais, no que elas representam o alívio da fome, da miséria e, principalmente, da injustiça, e simultâneamente, planejar e construir o futuro de modo a corrigir os fatores que causam hoje a fome, a miséria e a injustiça.

Não têm os governos estaduais em suas mãos os poderes necessários ao contrôle das economias de seus territórios. As próprias instituições federais limitam sua capacidade de ação. Mesmo assim, dentro do âmbito limitado das atribuições estaduais, êste govêrno tem pôsto em prática sua doutrina, agindo sôbre a economia paranaense de modo a corrigir-lhe os defeitos, superar-lhe os obstáculos, amenizando-lhe as injustiças, de modo a dar ao povo do Paraná o que êle espera de seus governantes.

A política de estímulo à industrialização através da captação da renda gerada no Paraná coroou-se de sucesso através da ação desenvolvida pela CODE-PAR, quer por seus empréstimos ao setor privado quer por sua participação nos investimentos públicos de infra-estrutura.

O rompimento dos pontos de estrangulamento que

cerceiam o desenvolvimento do Paraná foi atacado, em 1962, com maior vigor. Quer através da construção de usinas elétricas e de seus sistemas de distribuição, quer através da construção e pavimentação de rodovias, principalmente do trêcho da BR 104, entre Apucarana e Ponta Grossa, cuja conclusão, a realizar-se ainda na presente administração, representará a integração definitiva da economia do Estado.

Com o mesmo grau de intensidade o Governo agiu sobre o setor agrícola, dando, no âmbito de suas possibilidades, os estímulos de que se ressentia a lavoura paranaense. Através do fomento e da assistência direta ao produtor, lançam-se as bases para que o Paraná assumira posição de liderança na agricultura brasileira aproveitando racionalmente os fatores de que dispõe para alimentar-se e alimentar o Brasil.

Visando dar a outros setores públicos a flexibilidade e o dinamismo que novos tipos de estruturas permitiram obter onde foram experimentados, o Governo planejou e estruturou a Companhia de Água e Esgotos do Paraná (AGEPAR), a Fundação Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR) e a Fundação de Assistência Sanitária do Paraná (FASPAR), ao mesmo tempo que planeja novas entidades semelhantes.

Enquanto punha em execução a política econômica cujos fundamentos apresentamos e cujos resultados já se fazem sentir em todo o Estado, o Governo deu nova estruturação a seus órgãos de planejamento, reestruturando a Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado (PLADEP), hoje Comissão de Planejamento Econômico, dando-lhe os instrumentos necessários para que, analisando a estrutura atual da economia paranaense e suas repercussões sociais, indique em bases técnicas os planos e programas que devem ser seguidos no futuro.

III — A FUNÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO

1) Energia

a) Energia Elétrica

O problema de energia elétrica no Paraná está intimamente interligado com o fomento à industrialização. A escassez de energia é o principal fator responsável pela estagnação do setor secundário, cuja capacidade de expansão se vê reduzida apenas àquelas empresas que podem arcar com investimentos elevados em fontes próprias de energia.

O fato dessa situação ocorrer em um Estado que apresenta o maior potencial hidráulico do país, se explicado pela própria estrutura monocultora que imperou por longo tempo, não encontra justificação que exima de responsabilidade as administrações que distorceram os investimentos públicos em função da estrutura existente, sem lançar as bases de seu aproveitamento para alicerçar o desenvolvimento futuro.

A política governamental no setor dirigiu os esforços iniciais para o atendimento às regiões críticas, onde existia racionamento virtual, assim como para a substituição da energia de origem diesel pela hidráulica, visando a redução do custo de operação.

Foi simultaneamente elaborado o Plano de Eletrificação, cuja execução dará ao Paraná, em 1965 350.000 kw. disponíveis, ou seja, três vezes o que existia em 1960.

A responsabilidade pela execução do Plano cabe às sociedades de economia mista: a Usina Termo-Elétrica de Figueira S.A. (UTELFA), dedicada ao problema da energia proveniente do carvão, e a Companhia Paranaense de Energia Elétrica S.A. (COPEL).

Em 1962, a COPEL realizou investimentos diretos no montante total de 1 bilhão e 490 milhões de cruzeiros, dando prosseguimento a diversas obras incluídas no Plano de Eletrificação.

No sistema de transmissão do litoral, onde em 1961 fôra levada a energia da Usina de Marumbi até Morretes e Paranaguá, foi realizado o prosseguimento das linhas, em direção às Praias Oceânicas, com 80% das estruturas já montadas e as subestações de Paranaguá, Caiobá e Guaratuba, em fase final de construção.

Proseguiu na construção da linha tronco do Sistema de transmissão Norte, destinada a trazer a energia adquirida da Usinas Elétricas do Paranapanema (USELPA) através de acôrdo com o Estado de São Paulo e pelo qual o Paraná participa do capital da referida emprêsa, recebendo quotas de energia.

O trêcho Londrina-Apucarana (41 km), fôra concluído em setembro de 1961. Em fevereiro de 1962 foi concluído o trêcho Apucarana-Maringá (51 km), sendo em seguida iniciadas as obras do trêcho final, Maringá-Alto Paraná (50 km), do qual 85% das estruturas já se encontram montadas.

As subestações abaixadoras de Apucarana, Maringá, Alto Paraná e Florestópolis encontram-se em diversas fases de construção.

Estas subestações permitirão abastecer através de cêrca de 850 km de linhas de sub-transmissão, a um total de 57 cidades.

Visando acelerar o término das obras do Sistema de Transmissão Norte, a COPEL solicitou financiamento ao Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura no montante de 940 milhões de cruzei-

ros, iniciando o recebimento parcelado dos recursos em março do corrente ano.

Para o atendimento da região Oeste do Estado, que é a que apresenta maiores índices de crescimento demográfico, o Plano de Eletrificação prevê um sistema interligado, baseado no aproveitamento do Rio Mourão.

A Usina Pilôto de Campo Mourão, com capacidade de 1.300 kw, foi concluída em agosto, substituindo os geradores diesel que abasteciam a cidade.

Foram dispendidos 105 milhões de cruzeiros em reparos e construção de instalações complementares que permitirão o prosseguimento das obras da Usina Hidroelétrica de Mourão I. Esta Usina, cuja capacidade final será de 8.500 kw, estava com suas obras paralizadas desde 1958. Deverá entrar em funcionamento no início de 1964, já tendo sido encomendado todo seu equipamento.

No segundo semestre deste ano serão iniciadas as obras preliminares da Usina Hidrelétrica de Mourão II, com capacidade prevista de 15.000 kw.

Para o atendimento da demanda crescente da região Sudoeste, o Plano prevê o aproveitamento do último salto do Rio Chopim, próximo à sua confluência com o Iguaçu. Esta Usina, com capacidade prevista em torno de 50.000 kw, já está sendo estudada, devendo os trabalhos de construção ser iniciados ainda no corrente ano.

Enquanto sua obra não é concluída, o Plano prevê atendimento local a certos pontos de maior demanda, através de pequenas usinas, como a do Rio Chopim I (PATO BRANCO) e as de Ocoí, Cavernoso e Melissa.

A região Sul do Estado, cujas necessidades de energia deverão crescer rapidamente em consequência do desenvolvimento industrial, deverá receber, inicialmente, 14.000 kw da Usina Pilôto do Salto Gran-

de do Iguapé, próximo a União da Vitória, cujas obras foram iniciadas em 1962, devendo entrar em funcionamento no primeiro semestre de 1965.

Em fase posterior deverá ser realizado o aproveitamento do referido salto, cuja potência total é estimada em cerca de 150.000 kw.

Os maiores problemas de escassez de energia estão localizados na área de Curitiba-Ponta Grossa. Não apenas pelo fato da demanda existente atualmente já ser muito superior à oferta, como principalmente por ser esta a região que apresenta melhores condições para a industrialização, dependendo exatamente da disponibilidade de energia para poder desenvolver-se.

As duas obras destinadas à solução desse problema são a Usina Termoelétrica de Figueira, da qual trataremos mais adiante, e a Usina Hidrelétrica de Capivari-Cachoeira.

Esta última Usina, cuja capacidade final será de 230.000 kw deverá ter sua primeira etapa, de 115.000 kw, concluída em 1967. As obras preliminares foram iniciadas no ano passado, com a construção da estrada de acesso ao local da casa de força, a sondagem do local da barragem e o início dos serviços topográficos.

O Departamento Nacional de Obras e Saneamento já realizou a concorrência para a construção da barragem, que deverá ser iniciada este ano.

O investimento total necessário para a primeira etapa está previsto em 6,5 bilhões de cruzeiros e mais 11 milhões de dólares. A COPEL enviou solicitações de financiamento ao B.N.D.E. e à Aliança para o Progresso, sem que ainda tenha obtido concessão definitiva dos recursos pleiteados.

Evidentemente a região de Curitiba não pode aguardar o tempo necessário à maturação de um investimento como o de Capivari-Cachoeira. O racio-

namento imposto à cidade no inverno de 1962 é prova da necessidade imperiosa de soluções a curto prazo capazes de evitar a repetição futura de crises dessa natureza.

A solução encontrada foi a construção de uma usina diesel de emergência, com 10.500 kw. de capacidade, e que deverá estar instalada antes do próximo inverno. O programa inicial previa a instalação em fevereiro deste ano. Sucessivas dificuldades para a obtenção dos dólares necessários à importação das unidades geradoras, têm postergado a data prevista para a instalação, apesar da COPEL contar com recursos em cruzeiros suficientes para a concretização do empreendimento.

O balanço financeiro da COPEL no exercício de 1962 apresentou os seguintes resultados, comparados aqui com os do ano anterior (em milhões de cruzeiros, valores correntes):

	1961	1962
Receita	933,5	3.479,5
Despesa	924,5	2.584,5
	<hr/>	<hr/>
Superavit	9,0	895,0

O grande superavit verificado em 1962, deve-se a recebimento de recursos no final do exercício, sem possibilidade de aplicá-los a não ser no exercício seguinte.

A despesa pode ser resumida assim:

	1961	1962
Operação e custeio	369,2	548,8
Investimentos diretos	397,4	1.490,0
Participações	157,6	545,7

A receita de operação da COPEL atingiu 203,8 milhões em 1962, contra 107,7 milhões em 1961.

A expansão dos serviços da empresa permitiu duplicar em dois anos o número de consumidores ligados às suas linhas.

Ainda dentro do Plano de Eletrificação, o Departamento de Águas e Energia Elétrica, que futuramente deverá encarregar-se da formulação e fiscalização da política de energia, prosseguiu as obras sob sua responsabilidade, principalmente no atendimento aos serviços pioneiros do interior.

Além de trabalhos de construção, ampliação e equipamento nas usinas de Ocoi, Cotia, Rio das Cinzas, Bituruna e Cascavel, o D.A.E.E. realizou diversos serviços de melhoria, ampliação e estudos em 103 localidades.

O esforço financeiro dispendido pelo Estado para a execução do Plano de Eletrificação, pode ser mensurado pelo quadro abaixo, que mostra os recursos colocados à disposição da COPEL e da UTELEFA desde 1955, por origem (em milhões de cruzeiros, valores correntes):

Anos	Estado	União	Setor Privado
1955	109,2	—	—
1956	38,2	—	—
1957	47,0	—	—
1958	165,0	22,0	—
1959	181,0	114,9	—
1960	282,3	299,8	—
1961	693,0	168,0	133,9
1962	3.289,7	930,0	26,7

Mesmo levando em conta a desvalorização da moeda, este Governo aplicou, em dois anos, duas vezes mais o que fôra aplicado nos cinco anos anteriores.

Ao mesmo tempo que executa o atual Plano de Eletrificação, o Governo vem promovendo o estudo de

novas fontes de energia, destinadas a atender a demanda que o próprio desenvolvimento econômico do Estado criará nas décadas futuras.

Entre estas deve ser realçado o aproveitamento das Sete Quedas do Rio Paraná, em Guaira, cujo potencial está estimado em 10 milhões de cavalos-vapor. A magnitude de um investimento dessa natureza escapa à capacidade do Estado, porém êste pode e deve assumir a liderança dos esforços que visem sua concretização.

b) Carvão

O problema da produção e utilização do carvão de pedra no Paraná está intimamente ligado ao problema de energia elétrica.

O Paraná ocupa ainda o terceiro lugar entre os produtores brasileiros, porém sua produção vem caindo, de um máximo de mais de 100.000 toneladas para cêrca de 50.000 hoje em dia. Essa queda prende-se à redução do consumo de carvão pelas estradas de ferro.

Como mercado alternativo, e atendendo simultaneamente a escassez de energia elétrica existente no Estado, iniciou-se a construção da Usina Termo-elétrica de Figueira, localizada às margens do Rio Laranjinha, em Curiúva.

As reservas conhecidas de carvão atingem 30 milhões de toneladas, o que significa uma garantia de abastecimento à Usina por longo período.

As obras de construção foram iniciadas em 1958, visando uma potência instalada de 20.000 kw. na primeira etapa, com condições de atingir 53.000 kw. de potência final.

A responsabilidade do empreendimento cabe à UTELFA S/A. sociedade mista onde participa o Estado, através da COPEL, e a União, esta através da

Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (CEPCAN).

Os investimentos já realizados na construção da Usina e de seu sistema de transmissão, por origem, podem ser verificados abaixo (em milhões de cruzeiros, valores correntes):

	Estado	CEPCAN	BNDE (Financiamento)	Total
1958	63,4	22,0	—	85,4
1959	43,5	48,0	66,9	158,4
1960	13,3	30,0	269,8 (1)	313,1
1961	143,5	—	168,0 (1)	311,5
1962	543,8 (2)	600,0	50,0	1.193,8
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	807,5	700,0	554,7	2.062,2

(1) Inclui respectivamente 69,0 e 18,0 de adiantamentos por conta do Fundo Federal de Eletrificação. (2) Inclui 350,0 de financiamento da CODEPAR.

Ao iniciar-se o corrente ano, 98% das obras civis da Usina já estavam montadas, assim como 95% do equipamento instalado.

As obras de construção da linha de transmissão para Ponta Grossa foram iniciadas em março, devendo 70% das estruturas ser montadas até o fim do ano.

As obras da subestação abaixadora de Ponta Grossa foram iniciadas em abril, com 60% das obras civis concluídas e 30% do equipamento montado ao findar-se o ano.

A rapidez da execução desses serviços, permitiu o funcionamento da Usina no mês de abril, com o que este Governo assinala uma de suas realizações de maior importância.

c) Xisto Piro-betuminoso

O ano de 1962 assistiu o início dos trabalhos da

Petrobrás visando o aproveitamento das grandes reservas do Xisto piro-betuminoso da chamada «Formação Irati», no Município de São Mateus do Sul, onde as ocorrências apresentam as melhores condições para aproveitamento econômico.

Os planos da Petrobrás prevêm inicialmente uma usina-pilôto, com capacidade de produzir 1.000 (mil) barris de óleo por dia destinada a estudos necessários à instalação definitiva da unidade industrial, cuja capacidade deverá atingir 30.000 (trinta mil) barris diários, ou mesmo mais.

O Governo vem prestando tôda a colaboração solicitada pela empresa.

Foi assinado convênio entre a empresa e o D.E.R. visando retificação e melhoramentos na rodovia PR 5, no trecho entre — Curitiba e São Mateus do Sul. As obras estão praticamente concluídas, devendo a estrada ser agora asfaltada, com auxílio substancial da Petrobrás.

As obras da usina pròpriamente dita estão em andamento, já tendo sido iniciada a terraplenagem do local, assim como a construção das dependências administrativas e das residências do pessoal da empresa.

2) Transportes

α) Rodovias

O Governo vem concentrando esforços e recursos na execução do programa de obras rodoviárias, que foi resumidamente apresentado em nossa primeira Mensagem, em maio de 1961.

A elevação constante dos preços dos serviços de construção e pavimentação, consequência direta do processo inflacionário vem tornando cada vez mais

difícil a tarefa de executar as obras indispensáveis ao próprio desenvolvimento do Estado.

Por outro lado a contribuição da União a essas obras não atingiu em 1962 os montantes previstos, dificultando ainda mais as atividades do Departamento de Estradas de Rodagem.

Só foi possível manter o ritmo programado para os investimentos no setor, através de empréstimo obtido junto à CODEPAR.

A contribuição da União, à receita do D.E.R., quer através do Fundo Rodoviário Nacional, quer através de convênios com o D.N.E.R., alcançou a 1.543 milhões de cruzeiros enquanto os recursos de origem estadual atingiram 4.040 milhões, dos quais 1.270 correspondem ao empréstimo da CODEPAR, perfazendo uma receita total de 5.583 milhões.

As despesas totais do D.E.R. atingiram 6.256 milhões assim distribuídos (em milhões de cruzeiros):

Pessoal	955
Material	622
Serviços, encargos e eventuais	562
Investimentos	4.117

Durante o ano foram asfaltados 75,6 km de rodovias, principalmente trechos da BR-87 (Estrada dos Cereais) e da BR-35/104 (Estrada do Café).

Foram executadas obras de revestimento primário em 82 km de rodovias.

O ritmo de construção de estradas foi grandemente acelerado durante 1962. Enquanto em 1961 o volume total de terra movimentada atingira a 3 milhões de metros cúbicos, no ano passado elevou-se para 7,6 milhões o que representa um aumento de 253%.

Foram concluídos 90 km de novas estradas, principalmente na BR-104 (Rodovia do Café).

Encontram-se em andamento obras de construção em outros 453 km.

Foram concluídos 840 metros lineares de novas obras de arte especiais, merecendo destaque a ponte em concreto armado sobre o Rio Cajú, na rodovia PR-11, entre Jaguariaíva e Sengés.

As obras de melhoramento das condições de tráfego das rodovias sob responsabilidade do D.E.R. representaram um dispêndio total de 142 milhões de cruzeiros.

A conservação da rede existente exigiu, por seu termo, um dispêndio total de 1.336 milhões.

O problema de conservar em tráfego constante as estradas existentes é um dos mais graves com que se defronta a autarquia, principalmente pela falta de recursos para a aquisição do equipamento necessário. Em 1962 o D.E.R. adquiriu 50 motoniveladoras, 70 caminhões basculantes, 11 caminhões comuns, 7 róis compressores, 3 róis vibratórios e 5 usinas de asfalto, o que permitiu cobrir em parte o déficit do equipamento existente.

O problema pode ser mensurado ao verificar-se, através de dados levantados pelo D.E.R., intensidade de tráfego das rodovias sob responsabilidade do Estado, que em certos trechos da BR-87 atinge a mais de cinco mil veículos por dia, chegando a três mil e quatrocentos na BR-104 e a mil e trezentos na BR-35.

Preparando a execução das obras que darão continuidade ao plano rodoviário, o D.E.R. realizou em 1962 estudos de locação, exploração, relocação, cadastro e projeto em 1.016 km. Foram também realizados levantamentos aerofotogramétricos de outros 508 km.

Além dos encargos diretamente relacionados com a construção e manutenção de obras rodoviárias, o D.E.R. é também responsável pela fiscalização do transporte coletivo inter-municipal, o policiamento do

tráfego rodoviário e a fiscalização dos serviços de balsas, inclusive do ferry-boat que liga Guaratuba a Caiobá.

No sentido de reforçar a disponibilidade de recursos para a execução de seu programa de obras, o D.E.R. preparou projetos econômicos de solicitação de financiamento, e que foram encaminhados pelo Governo do Estado à Agência de Desenvolvimento Internacional (BR-104, trecho Ponta Grossa a Apucarana) e o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura. Há boas possibilidades de obtenção do primeiro.

b) Ferrovias

Pela própria magnitude dos investimentos exigidos, e dentro da concepção geral da política de transporte do Governo, o setor ferroviário tem permanecido sob a responsabilidade da União.

Dos 1.932 km da rede ferroviária em tráfego no Paraná, 1.872 são administrados pela Rede Viação Paraná-Santa Catarina (R.V.P.S.C.), subsidiária da Rede Ferroviária Federal S.A.

Duas obras de importância estão sendo executadas no setor ferroviário. Uma é a conclusão do Tronco Principal Sul, que levará os trilhos da Central do Brasil, em bitola larga, de São Paulo a Porto Alegre, e que permitirá a ligação direta de Curitiba com o sistema ferroviário da região centro-sul. Toda a responsabilidade pela sua execução está nas mãos da União.

Outra é a ligação Ponta Grossa-Apucarana (Estrada de Ferro Central do Paraná) que permitirá encurtar as distâncias entre a Região Norte do Estado e o Porto de Paranaguá.

A magnitude dos investimentos necessários à concretização dessa obra, levaram o Estado a tentar sua transferência para a União, o que está sendo conse-

guido através a inclusão de verbas diretamente no DNEF e outros entendimentos no sentido de órgãos federais se incumbirem da construção de trêchos dessa ferrovia.

As obras no entanto têm prosseguido, dentro dos limites da capacidade de investir do setor público estadual, com auxílios federais.

A construção está a cargo da Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná, subordinada à SVOP.

Em 1962 a Comissão realizou investimentos diversos no montante total de 129 milhões de cruzeiros, dos quais 91,5 milhões, de recursos próprios estaduais e 37,5 de verbas federais.

Já no início deste ano a Comissão conseguiu a liberação de 100 milhões, de recursos do Orçamento da União, o que lhe permitirá cumprir o programa proposto, levando os trilhos de Ponta Grossa até Ipiranga e a terraplenagem até Reserva.

c) Portos

A política portuária do Governo concentra-se no melhoramento das conclusões de operação do principal pôrto do Paraná, o de Paranaguá, hoje um dos mais importantes do Brasil.

Já afirmamos que os maiores benefícios que este Governo tem trazido e trará ainda a Paranaguá, são decorrentes da política econômica do estímulo ao desenvolvimento que vem sendo seguida. Aumentando a riqueza do Paraná, seu principal pôrto será o grande beneficiário do aumento correspondente das relações comerciais com o exterior e com outros portos brasileiros.

Os últimos anos já mostram incremento contínuo no movimento de mercadorias pelo pôrto. Os resultados abaixo (em toneladas) comprovam isso:

1958 687.464

1959	760.369
1960	727.886
1961	809.920
1962	924.460

Visando criar condições de bom funcionamento do pôrto, a Administração do Pôrto de Paranaguá, autarquia estadual responsável por sua exploração, elaborou, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas e de firma especializada, o Plano de Expansão e Melhoramentos, para o período 1962-1966, que prevê um investimento total de 3 bilhões e 323 milhões de cruzeiros (valôres de 1962).

O Plano, cuja execução iniciou-se em 1962, permitirá, também, dar à A.P.P. características de rentabilidade que lhe permitirão pleitear os financiamentos indispensáveis ao seu próprio desenvolvimento.

A aplicação de métodos racionais de administração, somada à atualização tarifária, já permitiu reduzir sensivelmente o déficit da autarquia em 1962 (para 13,3 milhões) e a possibilidade de dispensar no corrente exercício, qualquer contribuição ou auxílio financeiro do Tesouro estadual.

O Plano já foi aprovado pela Comissão do Plano Portuário Nacional, devendo portanto contar com recursos do Fundo de Melhoramentos do Pôrto (396,9 milhões) e do Fundo Portuário Nacional (1.942 milhões).

Em 1962, primeiro ano de execução do Plano, foram aplicados 216,8 milhões, sendo concluída a dragagem das barras de evolução dos cais comercial e de inflamáveis, assim como o orçamento de 270 metros de cais.

Foram concluídos os armazens 6B e 4A, cujas obras haviam sido iniciadas no ano anterior.

Quanto à elevação de Antonina à condições melhores de Pôrto, problema que vem de há muito sendo

suscitado, continuamos aguardando as decisões da União, a quem terá de caber a responsabilidade dos empreendimentos necessários à efetivação da medida.

Também sob a responsabilidade da União são as obras necessárias ao melhoramento do pôrto fluvial de Guaíra, que compreendem armazém e 100 metros de cais de alvenaria de pedra.

O Pôrto de Foz do Iguazu está na fase de projeto havendo possibilidade de aplicação de recursos da Faixa de Fronteira e do DNPVN (antigo DNPRC), em meados de 1963.

d) Aeroportos

A política aeroportuária do Estado, executada pelo Departamento Aeroviário da S.V.O.P., baseia-se no fato de caber à União, através do Ministério da Aeronáutica, a maior responsabilidade no setor.

O Estado limita-se à fixação de prioridade, em função dos interesses regionais, reservando-se a execução apenas daquelas obras que, sendo importantes para determinadas áreas, não podem ser consideradas prioritariamente no âmbito nacional.

Em 1962 o Departamento Aeroviário realizou obras nos aeroportos de Guaratuba (concluída a construção da pista de 650 metros e início da pavimentação primária); Jacarèzinho (concluída a primeira etapa da terraplenagem da pista de pouso e do páteo de estacionamento: obra realizada em convênio com a Quarta Zona Aérea, do Ministério da Aeronáutica); Paranaguá (reparação total da pista de pouso, inclusive terraplenagem e pavimentação primária: o aeroporto é de jurisdição federal, porém os sérios prejuízos ocasionados por uma interdição exigiram a rápida ação do Estado); Bacacheri (início da abertura de nova pista e dos serviços de drenagem).

Os aeroportos de Foz do Iguaçu, Maringá e Ponta Grossa estão a cargo da Diretoria de Engenharia do Ministério da Aeronáutica, sendo que a primeira parte das obras do primeiro (terraplenagem) já estão 60% concluídas.

Em 1962, os investimentos totais realizados pelo Estado no setor aeroportuário atingiram 29,5 milhões de cruzeiros. A União por sua vez, investiu 35 milhões.

3) Comunicações

Os estudos realizados sobre o sistema de telecomunicações existentes no Paraná e sua projeção futura, mostram a gravidade do problema com que o Estado se defronta.

A rápida expansão da população, cobrindo todo o âmbito geográfico do Paraná, não foi acompanhada pela empresa concessionária, e não o será dentro das normas vigentes para a fixação de tarifas.

Isto significa que o Governo precisa prepara-se para assumir a responsabilidade da solução do problema, chamando a seu encargo a expansão dos serviços de telecomunicações existentes.

Os dois passos iniciais, já referidos em nossa Mensagem de 1962, eram a autorização legal para participar societariamente em empresa destinada à exploração de serviços telefônicos, organizando-a, se for o caso, e a existência de um organismo governamental em condições de coordenar todos os assuntos de telecomunicações que sejam de interesse do Estado.

A Assembléia já aprovou a Mensagem do Executivo em que era solicitada autorização para formar a sociedade de economia mista que deverá, ao entrar em funcionamento, suprir as deficiências que atualmente se observam no sistema.

Por outro lado, em novembro de 1962, foi baixado

decreto organizando o Departamento de Telecomunicações.

Prosseguem os estudos destinados a fixar definitivamente as normas de ação do Govêrno em um Plano Estadual de Telecomunicações que vise a implantação de um sistema em condições técnicas e econômicas compatíveis com a moderna tecnologia, com possibilidade de integração com os sistemas vizinhos, permitindo o tráfego mútuo de longa distância. No momento os estudos concentram-se principalmente na viabilidade de expansão imediata da rede telefônica de Curitiba e da rede interurbana.

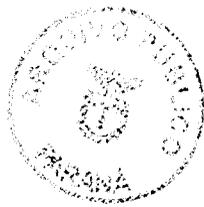
4) Fomento Industrial

Em nossas Mensagens anteriores já nos referimos à necessidade de fomentar a industrialização do Paraná, como arma principal no sentido de modificar a atual estrutura econômica, vencendo-lhe as deficiências e lançando as bases para um processo de desenvolvimento que permita elevar a produtividade da economia e o padrão de vida do povo.

Não caberia aqui uma análise pormenorizada do setor industrial paranaense nem das diversas razões que lhe tem obstado o desenvolvimento e a diversificação.

Os dados existentes mostram não apenas que o setor vem crescendo em ritmo mais lento do que o conjunto da economia mas também que sua composição vem permanecendo praticamente estática. Isto num período em que no Brasil, e principalmente nos Estados do Centro, o setor vem atravessando uma fase de crescimento rápido e diversificação constante.

O problema paranaense torna-se ainda mais sério por sabermos que, cessada a expansão da lavoura cafeeira, sôbre a qual fundamentou-se o crescimento das últimas duas décadas, é imprescindível comple-



mentar seu dinamismo de modo a evitar a estagnação do Estado.

A política econômica do Govêrno, reconhecendo a urgência do problema, vem sendo orientada no sentido de eliminar as deficiências estruturais que impediram até hoje que o setor industrial do Paraná acompanhasse o desenvolvimento verificado no Brasil.

A ação do Govêrno vem sendo dirigida para dois objetivos principais: a criação da infra-estrutura indispensável ao processo de industrialização e o fomento direto aos empreendimentos industriais adequados à efetivação desse processo.

No primeiro caso está tóda a programação de obras destinadas à geração e distribuição de energia elétrica; abertura, melhoramentos e pavimentação de rodovias; construção e ampliação de sistemas de abastecimento de águas, e outras em setôres ligados em maior ou menor grau com a indústria.

No segundo está a política de financiamento ou participação societária em empreendimentos selecionados, assim como a isenção tributária às indústrias pioneiras.

Em ambos os casos a dificuldade principal resume-se na fixação no Paraná das poupanças geradas por sua economia, assim como na atração de poupanças externas, de modo a ativar o processo de desenvolvimento.

A fórmula encontrada, para dar dinamismo à política governamental no setor, foi a de criação de uma entidade pública dotada da flexibilidade necessária para coordenar as múltiplas atividades envolvidas, aplicando uma parcela de recursos captadas da poupança local, utilizando-os como elementos catalíticos para a atração de outros.

Esse é o papel desempenhado pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR), criada pela lei 4.529, de 12 de janeiro de 1962,

aplicando o Fundo de Desenvolvimento Econômico, empréstimo compulsório restituível correspondente a 1% do valor das vendas, consignações e transações realizadas no Estado, de acôrdo com as normas e prioridades fixadas na mesma lei.

Atravessando o primeiro semestre em fase de organização, a CODEPAR iniciou suas atividades em meados do ano, já com sua estrutura interna montada para atender as funções específicas que a lei determinou.

Durante o ano de 1962 a arrecadação do Fundo de Desenvolvimento Econômico atingiu 4,3 bilhões de cruzeiros. A aplicação desses recursos foi orientada de acôrdo com a política econômica acima descrita. O setor público recebeu um total de 3 bilhões e 573 milhões. O setor privado recebeu um total de 406 milhões.

Os empréstimos concedidos ao setor público foram os seguintes (em milhões de cruzeiros, valores correntes, desembólso efetivo):

Energia Elétrica	1.526
COPEL (Sistema de Transmissão Norte e Usina de Emergência de Curitiba)	1.176
UTELFA (Construção da Usina e do Sistema de produção)	350
Rodovias	
D.E.R. (Construção e pavimentação da BR-104)	1.270
Fomento Agrícola	
CAFÉ DO PARANÁ (fomento à agricultura e pecuária)	348
T o t a l	3.144

Durante o ano de 1962 a CODEPAR recebeu 120

solicitações de financiamento do setor privado. Apenas 44 estavam dentro das condições técnicas exigidas, sendo aprovadas 16.

O critério de seleção está baseado não apenas na prioridade econômica do investimento em relação ao desenvolvimento do Estado, mas também na repercussão social que causará, principalmente no que se refere ao aumento da oferta de emprêgos.

Os 16 projetos aprovados destinam-se aos seguintes setores industriais: frigoríficos, papel e celulose, cerâmica, metalúrgica, óleos vegetais e madeira. Os empréstimos totais atingiram 406 milhões de cruzeiros. Os desembolsos atingiram 257 milhões.

O estímulo à indústrias pioneiras através de isenção fiscal é outro dos instrumentos de que dispõe o Govêrno para o fomento à industrialização. Em 1962 foram concedidas 15 isenções, abrangendo diversos setores industriais, entre os quais: os de óleos vegetais, máquinas domésticas, turbinas hidráulicas, relógios, impregnação de madeiras e metalurgia.

5) Agricultura e Pecuária

As medidas de caráter legal e administrativas tomadas no início dêste Govêrno, com o fito de dinamizar a ação do Estado junto ao setor primário, criando um conjunto harmônico de entidades dinâmicas sob coordenação e direção geral da Secretaria de Agricultura, começaram a surtir seus efeitos ao longo do ano passado.

A orientação seguida por êste Govêrno no que se refere à agricultura já foi claramente exposta. Os acontecimentos recentes mostram a necessidade, afirmada por nós desde o início, de preparar a economia paranaense para a substituição de seu fator dinâmico, que desde a década de 1930 vinha sendo exclusivamente o café.

Se por um lado apenas uma política de fomento à industrialização pode garantir a mesma taxa de crescimento que o café proporcionou, as potencialidades da agricultura paranaense, hoje o terceiro Estado agrícola do Brasil, apontam o caminho para um planejamento objetivo de seu aproveitamento, multiplicando as bases dinâmicas da economia regional e contribuindo concretamente para o próprio desenvolvimento brasileiro.

O Plano de Alimentos para o Brasil, cuja execução foi acelerada em 1962, consubstancia exatamente essa visão do desenvolvimento agrícola do Paraná. O sucesso de que se revestiu sua execução, assim como o atendimento a outras contingências surgidas durante o ano, mostrou por outro lado o grau de entrosamento e flexibilidade alcançado pelos órgãos governamentais que agem no setor.

A Secretaria de Agricultura intensificou seu programa de fomento da pecuária de corte, iniciado em 1961. Foram distribuídos 1.000 touros Nellore em 28 Municípios criadores, além de 23 charolêses e 15 holandeses.

Ainda dentro do setor de produção pecuária foram importadas 12 cabeças de búfalos Murrah, originários da Índia, e que se encontram em quarentena em Fernando de Noronha.

Foram igualmente adquiridos lotes de reprodutores suínos de pura raça, Ouroc, Wessex e Landrace.

Foi estabelecido um plano de lotação permanente de 20.000 aves para o Posto de Criação do Guatupê, sendo igualmente iniciados os trabalhos de criação em confinamento, sendo adquiridos 1.000 pintos Three Gron e 1.000 New Hampshire.

Os serviços especializados do Departamento de Produção Animal realizaram 670 inseminações artificiais, registrando 432 fecundações e 125 nascimentos.

Foram realizados investimentos na ampliação de

equipamento dos Postos de Criação de Guatupê, Tomaz Coelho, Ibiporã, Cambará, Joaquim Távora e Paranavaí, e do Posto Zootécnico de Jacarèzinho.

Através da Superintendência das Casas Rurais foram realizadas vendas de sementes, produtos veterinários, adubos, inseticidas e máquinas agrícolas, num montante total de 210 milhões de cruzeiros. As Casas Rurais atenderam em 1962, 17.816 agricultores.

O Fundo de Equipamento Agro-Pecuário, destinado à revenda, em caráter rotativo, aos agricultores, apresentou em 1962 o seguinte movimento (dados em milhares de cruzeiros):

Discriminação	Compra	Venda
Sementes, tubérculos e mudas	18.268	18.862
Maquinário em geral	11.206	21.516
Adubos, inseticidas e fungicidas . .	8.849	8.849
Animais e reprodutores	1.250	1.250
Produtos veterinários	16.907	16.907
Forragens e rações (torta de alg.)	15.971	15.971
Arame farpado	16.154	11.813
T o t a l	88.605	95.168

Além de seus trabalhos rotineiros, incluindo os de multiplicação de sementes nas estações experimentais de Florestal e Cambará, na Estação de Frutas Tropicais de Morretes e no Parque Estadual de Vila Velha, o Departamento de Produção Vegetal iniciou em 1962 um programa de assistência e fomento à horticultura nos arredores de Curitiba.

Foram também realizados trabalhos de defesa sanitária vegetal, inclusive o combate ao Cancro Cítrico e ao Mal de Sigatoga.

No setor de ensino agrícola foi procedida a reestruturação do sistema mantido pelo Departamento de Ensino Agrícola. A nova estrutura, baseada nas exi-

gências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, permitirá um melhor aproveitamento pedagógico e um melhor atendimento das exigências da agricultura paranaense.

As Escolas de Trabalhadores Rurais foram transformadas em Escolas Agrícolas de Preparação Pré-Ginásial. As Escolas Agrícolas passaram a constituir Ginásios Agrícolas e a Escola Agrotécnica transformou-se em Colégio Agrícola. Foram criados ainda um Centro de Treinamento de Profissionais de Nível Médio e uma Escola de Treinamento de Professores Leigos.

Ao todo a rede escolar agrícola matriculou 838 alunos em 1962, sendo que 149 concluíram seus cursos.

Por sua vez, o Departamento de Assistência ao Cooperativismo prosseguiu a campanha de regularização do movimento cooperativista. Em suas atividades rotineiras o D.A.C. registrou, em 1962, 24 novas cooperativas.

No ano de 1962 a Divisão de Imigração atendeu a um total de 3.632 imigrantes dos quais 574 estrangeiros e 3.058 nacionais.

A Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (CAFÉ DO PARANÁ), criada pela Lei 4.395, de 8 de agosto de 1961, iniciou seus serviços em 1962, mostrando poder desempenhar exatamente o papel para o qual foi concebida, dando dinamismo e flexibilidade à política agrária do Governo.

A CAFÉ do Paraná encarregou-se da distribuição de sementes de boa qualidade aos agricultores de todo o Estado.

Foram adquiridas 14.000 sacas de sementes de feijão, tendo em vista a grande procura prevista devido aos altos preços atingidos pelo produto na safra passada. Foram vendidas 3.271 sacas a 695 proprietários em 7 Municípios.

A aquisição de sementes de arroz alcançou 3.500

sacas, sendo vendidas 3.114, a 341 proprietários em 9 Municípios.

No que se refere ao milho, foram adquiridas 32.000 sacas, sendo vendidas 20.124 a 4.636 proprietários em 20 Municípios.

Grande passo foi dado para o aumento da produção e da produtividade do milho no Paraná, através do financiamento concedido pela CAFÉ a uma empresa privada para a produção de sementes de milho híbrido. Dessa forma será possível distribuir, para a safra 1963/64 um total de 15.000 sacas.

Foram adquiridas 483.840 sacas de semente de algodão de firmas locais e mais 98.630 sacas de variedades especiais da Secretaria de Agricultura de São Paulo.

Com as sementes adquiridas, a CAFÉ está organizando Campos de Cooperação de Sementes destinados a fornecer, para a próxima safra, a quantidade necessária para cobrir toda a área algodoeira do Estado com tipos que proporcionarão maiores rendimentos.

A Companhia está trabalhando ativamente no combate à murcha do algodoeiro, verificada no Nordeste do Estado.

A operação de revenda de sementes foi executada através de postos instalados em 1962 em Jagua-pitã, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Assaí, Cascavel e Pato Branco, além dos já existentes anteriormente, em Cambará, Londrina, Maringá, Paranavaí, Ponta Grossa, Iratí, Guarapuava e Curitiba.

O setor de mecanização da Companhia iniciou suas atividades em fevereiro de 1962, através de suas 9 patrulhas, sediadas nos Postos de Mecanização de Curitiba, Ponta Grossa, Iratí, Guarapuava, Pato Branco, Paranavaí, Maringá, Londrina e Santo Antonio da Platina.

As máquinas da CAFÉ trabalharam um total de

58.724 horas, atendendo 1.196 solicitações em 421 localidades diferentes.

O setor onde a Companhia mais se salientou em 1962 foi o relativo aos problemas de abastecimento surgidos como consequência de safras pequenas e de pontos de estrangulamento no sistema de distribuição.

A CAFÉ interveio no mercado do feijão, adquirindo 14.000 sacas dos produtores, aos preços mínimos vigorerantes, revendendo o produto diretamente à população pelo preço tabelado pela Comissão de Abastecimento e Preços (COAP), até sua revogação, evitando ao máximo a falta do produto.

Situação semelhante verificou-se com o arroz. Obtendo quotas no Rio Grande do Sul, a Companhia conseguiu evitar crise séria no abastecimento do produto a Curitiba. Como essa medida não resolveu totalmente o problema, a Companhia, através da ação direta do Governo junto à União, conseguiu ser designada como representante distribuidora para o mercado paranaense do Instituto Riograndense do Arroz (IRGA).

Já no início deste ano, e dentro do âmbito do Plano de Alimentos para o Brasil, a Companhia iniciou a exportação de batata inglesa diretamente ao consumidor, em Salvador e Recife. Os primeiros carregamentos foram enviados em fevereiro, num total já de 18.000 sacas. Além de proporcionar quedas consideráveis no preço do produto nas cidades beneficiadas, a medida serviu para garantir o preço aos produtores paranaenses. O sucesso da experiência garante seu prosseguimento e diversificação, devendo agora ser incluída também a exportação de feijão, cuja próxima safra, estimulada pelos preços da última, deverá ser uma das maiores já registradas.

Outro setor importante para o desenvolvimento da agricultura paranaense é o da armazenagem. Apesar do Paraná possuir grande capacidade construída es-

ta está quase exclusivamente ocupada pelo café, pouco restando para os demais produtos.

A Companhia Paranaense de Silos e Armazens (COPASA), órgão encarregado da execução da política de armazenamento, iniciou a construção das primeiras unidades de seu programa de emergência (12 unidades), parte de um plano geral de 90 armazéns e 2 silos.

A COPASA solicitou financiamento de 240 milhões de cruzeiros ao B.N.D.E. para o programa de emergência, através de projeto apresentado em 1961. O financiamento somente foi concedido no final de 1962, e apenas em 222 milhões, não tendo sido ainda recebidos os recursos.

Visando iniciar logo a execução das obras programadas, a COPASA solicitou e obteve financiamento da CODEPAR, no montante total de 200 milhões de cruzeiros, destinados aos armazéns de expurgo de algodão, em Maringá e Assaí, o que permitiu o deslocamento dos recursos próprios da Companhia para o início de três das unidades do programa de emergência.

As duas unidades de Maringá e Assaí iniciaram seu funcionamento nos primeiros meses deste ano.

As unidades de Campo Mourão, Guarapuava e Pato Branco, de 5.000 toneladas de capacidade estática cada uma, deverão estar concluídas ainda no decorrer de 1963.

Já foi concluída a unidade armazenadora de Curitiba, com a mesma capacidade das outras já mencionadas, e que fará parte do Entrepósito de Cereais do futuro Centro de Abastecimento do Atuba.

No início deste ano foram iniciadas as obras de mais três unidades do programa de emergência, localizadas em Irati, Cascavel e Cruzeiro do Oeste.

Ainda no âmbito da ação do Governo na agricultura, a Fundação de Assistência ao Trabalhador

Rural, cuja função está explícita em sua própria denominação, levou adiante, em 1962, um programa de expansão de suas atividades.

Foram instaladas 17 equipes de educação rural, elevando o total existente para 19.

Além de manter o serviço médico e a equipe volante, ambos sediados em Curitiba, a F.A.T.R., que só possuía um médico no interior, localizou mais 20 em outros tantos Municípios.

O serviço dentário, que existia apenas em Curitiba e Londrina, foi ampliado com a criação de equipes volantes sediadas em outros 11 Municípios.

Em 1962 os serviços médicos atenderam aproximadamente 18.000 pessoas e os odontológicos 50.000.

A F.A.T.R. assinou ainda convênios e contratos, no montante de 16 milhões de cruzeiros, destinados à complementação de seu trabalho através de entidades privadas.

O Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, através de suas divisões, realizou diversos trabalhos durante o ano de 1962, principalmente no que se refere à ativação da produção de vacinas contra a peste suína, no laboratório Regional do Norte em Jacaré-zinho.

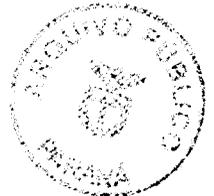
IV — A FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO

1) Educação e Cultura

Na mensagem que encaminhamos à elevada consideração da Assembléia Legislativa do Estado, em 1º de maio de 1962, fizemos uma apreciação sôbre a situação em que se encontrava a educação no Paraná e enunciamos os princípios e as linhas gerais que deveriam nortear a ação da Secretaria de Educação e Cultura.

Dissemos, na oportunidade, que deveríamos organizar o sistema estadual de ensino com estruturas novas, capazes de atender aos novos encargos que nos foram cometidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ajustando-o às necessidades quantitativas e qualitativas do nosso desenvolvimento. Afirmamos, também, que muitos problemas que afligem a educação em nosso Estado poderiam ser solucionados se a Secretaria da Educação e Cultura dispuzesse dos três seguintes elementos para o desenvolvimento dos seus trabalhos: a) planejamento educacional; b) estrutura administrativa; e c) recursos financeiros apreciáveis.

Analisamos, naquela ocasião, a situação e os problemas do ensino primário, do ensino médio e do ensino superior, para nos fixarmos, depois, nas providências de ordem geral que deveriam ser adotadas para a elaboração de uma lei estadual de diretrizes e bases da educação, instituidora do Sistema Estadual



de Ensino, para formulação de um Plano Estadual de Educação e para a criação de fundos estaduais de educação e de uma fundação educacional.

Decorrido um ano, podemos já relatar, com satisfação, as inúmeras medidas adotadas pelo Governo para alcançar os objetivos anteriormente indicados.

a) Planejamento educacional e reforma do ensino

Enunciados os princípios e linhas gerais que devem dar corpo ao Plano Estadual de Educação, o Governo pode enumerar uma série de providências já tomadas para assegurar a adoção de orientação administrativa descentralizada, para a construção de novas salas de aulas, seu equipamento e reequipamento das antigas, e para distribuição de material escolar e didático.

Entretanto, o que devemos ressaltar como da maior importância são as medidas tomadas para dar nova estrutura ao ensino nos vários graus, especialmente no que se refere ao ensino primário e pré-primário.

O aumento de duração do curso primário de 4 para 6 anos, que decretamos, promoveu a inclusão de algumas metas quantitativas e qualitativas em nosso planejamento educacional, tais como a reformulação dos programas de ensino, o projeto, construção e equipamento das oficinas de artes industriais, a formação de professores especializados para os dois últimos anos e outras metas de igual importância.

O Estado do Paraná quase que silenciosamente está promovendo a sua grande reforma do ensino e o seu Governo não acredita haver chegado ainda esta reforma ao conhecimento do Brasil e do próprio povo paranaense. Não soou ainda a nossa hora, mas soará mais cedo do que esperávamos em matéria de educação, porque temos consciência do valor, da pro-

fundidade e do alcance da obra educacional que estamos realizando.

A reforma do ensino no Paraná já se consolidou pelo menos no que diz respeito ao ensino primário e pré-primário. Ela deve ser conhecida dos paranaenses que só terão motivos para se orgulhar dela, para ser depois levada ao conhecimento dos demais brasileiros que vivem nos outros Estados.

É preciso que daqui a pouco, conhecendo melhor aquilo que estamos realizando, digam os paranaenses a todo o Brasil que o Governo dêste Estado iniciou no ano letivo de 1963 a execução da reforma do ensino primário que decretou no dia 13 de dezembro de 1962. Expliquem aos nossos patrícios que foi por considerar a real necessidade de se ampliar a duração do curso primário e de se tornar mais eficiente a ação das escolas primárias do Estado e, também, por considerar que o Paraná já atingiu um grau de desenvolvimento que lhe permite ampliar o período de escolaridade do curso primário, capaz de acelerar pela educação o desenvolvimento social do seu povo, que o Governo do Estado decretou o aumento da duração do ensino primário de quatro para seis séries.

Maior significação terá, entretanto, a divulgação de que, dentro desta reforma paranaense, com a articulação que se estabeleceu entre a 6ª série do novo curso primário e a 1ª série do 1º ciclo dos cursos de nível médio, o Estado do Paraná dará em caracter obrigatório e gratuito a tôda população paranaense pelo menos um ano de ensino de grau médio. Representa isto, na verdade, uma autêntica conquista popular, principalmente para as crianças e jovens oriundos das camadas da população mais necessitadas.

Os programas de ensino para o novo curso primário, que a Secretaria de Educação e Cultura está elaborando, criam novos atrativos no curso primário, capazes de corrigir em parte a grande evasão esco-

lar que atualmente se verifica. Dentre êsses novos atrativos ressaltamos que o ensino a ser ministrado para todos os alunos de 5.a e 6.a séries do novo curso primário, em oficinas de artes industriais, se destinará, principalmente, a tornar os jovens aptos para o exercício de algumas profissões de nível elementar. Eliminado o «hiato nocivo» e com esta formação profissional, terão os pais os novos atrativos da escola primária de 6 anos, que preparará os seus filhos para o exercício profissional ou de atividade remunerada permitida pela Constituição Federal aos jovens de 14 anos.

Iniciada a execução da reforma do ensino primário em 1963, para os novos alunos, ela se completará em 1967 e em 1968, quando estarão funcionando em todos os grupos escolares os 5.ºs e 6.ºs anos primários. Para atingir êsse objetivo, deveremos fixar, como meta quantitativa do Plano Estadual de Educação, a construção e o equipamento, até 1968, das oficinas de artes industriais em todos os grupos escolares. Se conseguirmos maiores recursos para a educação e se o Governo da União der execução efetiva ao Plano Trienal de Educação, distribuindo aos Estados as quotas a que têm direito do Fundo Nacional do Ensino Primário, poderemos abreviar a execução de nossa reforma. No pior das hipóteses, entretanto, apenas com os recursos próprios do Estado, até o fim do Governo estarão em funcionamento efetivo classes de 5.a e 6.a séries primárias em muitos grupos escolares.

Para a consolidação dessa reforma do ensino primário e pré-primário, a Secretaria de Educação e Cultura já elaborou, publicou e está distribuindo o Regimento Interno dos Jardins de Infância, acompanhado do respectivo programa de ensino ou planejamento de atividades, os novos programas de ensino das classes isoladas e dos grupos escolares. Há poucos dias foi aprovado o novo Regimento Interno dos

Grupos Escolares que nos foi proposto pela Secretaria de Educação e Cultura e o titular dessa Pasta acaba de anunciar aos professores primários do Estado o lançamento oficial da coleção intitulada «Manual do Professor Primário do Paraná», cujo primeiro volume corresponde à orientação pedagógica e desenvolvimento dos programas de ensino da primeira série do novo curso primário, foi elaborado pela Secretaria e já se encontra no prelo.

Seria fastidioso enumerar aqui tôdas as novas normas instituídas pelo Govêrno no sentido de atualizar os cursos de ensino médio e a execução dos planos especiais para a consolidação dos estabelecimentos estaduais de ensino superior. Entretanto, cumpre registrar que, no ano passado e no início dêste, foram organizados novos currículos para todos os cursos de ensino médio e foram publicados programas de ensino para tôdas as disciplinas dêsses cursos. Regulamentou-se a prática da Educação Física nos cursos primários e nas escolas normais e deu-se desenvolvimento a um programa específico de ensino de ciências no curso primário e, especialmente, nos cursos de ensino médio.

Demos em 1962, um novo impulso à educação física e aos desportos, reestabelecendo a realização anual dos Jogos Colegiais, interrompido desde 1953, patrocinando os Jogos Abertos do Interior e realizando concentrações cívicas e desfiles escolares.

A reforma do ensino de ciências que iniciamos nos grupos escolares e no ensino médio está destinada a se constituir em êxito sem precedentes no Estado. Sòmente em cursos intensivos de férias realizados em janeiro do corrente ano, promovemos a atualização dos professores de física, de química e de biologia dos colégios estaduais e os novos programas, métodos e técnicas para o ensino mais atualizado e prático de ciências no curso primário, tornaram-se conhe-

cidos de mais de 4.000 professôres primários do Estado.

Para a continuidade dêste programa específico de atualização do ensino de ciências nos estabelecimentos estaduais, firmamos no ano passado em convênio especial com o Instituto Brasileiro de Ciência e Cultura (IBECC), organismo ligado à UNESCO, para aquisição anual de, pelo menos, dez milhões de cruzeiros em aparelhamento de laboratórios de física, química e biologia. Os laboratórios adquiridos no ano passado já estão sendo entregues aos colégios estaduais cujos professôres de física, química e biologia concluíram com aproveitamento os respectivos cursos de especialização. Para o corrente ano, além desse convênio, firmará a S.E.C. um outro com a Universidade do Paraná, que se dispõe a auxiliar financeiramente a melhoria do ensino de ciências nos estabelecimentos de ensino médio estaduais e a formação de técnicos de nível médio.

Estas são algumas das providências já tomadas para reformar e atualizar o ensino em nosso Estado. Isto é apenas parte da execução do planejamento educacional que adotamos, pois qualquer planejamento dêsse tipo só pode ser realmente executado com a reforma da estrutura administrativa da Secretaria de Educação, que já aprovamos, e com a instituição de organismos novos capazes de investir em educação e cultura, com eficiência e rapidez, recursos extraorçamentários, o que conseguimos através da criação recente da Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, e do Fundo Estadual do Ensino.

b) Reestruturação administrativa

A falta de uma estrutura administrativa atualizada passou a ser suprida em janeiro dêste ano, quan-

do aprovamos a nova estrutura organizacional da Secretaria de Educação e Cultura.

Além de reestruturar órgãos já existentes, foram criados novos, cuja inexistência tornava ainda mais complexas a administração da rede escolar estadual e a execução de quaisquer planejamentos educacionais.

Dentre os novos órgãos criados, desejamos ressaltar a Divisão do Ensino Primário, a Divisão do Ensino Municipal e Particular, o Centro Áudio-Visual, o Serviço do Ensino Profissional, o Serviço de Merenda Escolar, o Serviço Social Escolar, o Serviço de Higiene e Saúde Escolar, o Serviço de Prédios e Aparelhamento Escolar, todos eles destinados a desempenhar, no futuro, um importante papel na educação estadual.

A Divisão do Ensino Primário, se bem constituída e contando com uma equipe de técnicos e de professores experimentados que já está se formando, poderá equacionar em definitivo os problemas do ensino pananaense e colaborar eficazmente na execução e consolidação da reforma do ensino primário que decretamos. Consideramos inexplicável a inexistência de um órgão tão importante como essa Divisão, que deverá ter a seu cargo a superintendência e a coordenação das atividades de todo o ensino primário estadual.

Por força, inclusive, da aplicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que transfere aos Estados a atribuição de autorizar o funcionamento, reconhecer e inspecionar os estabelecimentos municipais e particulares de ensino primário e médio, fêz-se mais premente a necessidade de criação e funcionamento da Divisão do Ensino Primário Municipal e Particular. Por intermédio dessa Divisão é que se estabelecerão as ligações, que desejamos cada vez mais estreitas, entre o ensino público e o ensino particular.

Consideramos de igual valor os novos serviços que criamos e que acabamos de enumerar, mas não podemos deixar de ressaltar nesta oportunidade, a importância que atribuímos ao Serviço de Merenda Escolar, pois é meta essencial do planejamento educacional deste Governo que, no mais curto prazo de tempo possível, tôdas as escolas primárias estaduais, inclusive as pequenas escolas isoladas, distribuam obrigatória e gratuitamente a merenda escolar aos seus alunos.

Nesta hora de dificuldades, não basta o esforço que temos feito na agricultura e no abastecimento da população paranaense, que ao contrário de outras regiões do País não sofreu a escassez de gêneros alimentícios de primeira necessidade. E não basta, também, o combate que devemos fazer à ignorância e ao analfabetismo que atinge a grande parte da atual geração de brasileiros, jovens e adultos. Precisamos, agora, cuidar da alimentação das futuras gerações, dos pequeninos que frequentam as nossas escolas primárias sub-alimentados e em grande número, especialmente na zona rural, sem mesmo tomar o café da manhã.

Reside nesta sub-alimentação, talvez, uma das maiores causas da evasão escolar que as estatísticas revelam na escola primária brasileira. Uma porcentagem pequena dos que se matriculam no curso primário chegam a concluí-lo. Sub-alimentados, não resistem física e intelectualmente a estudos continuados, e não chegam mesmo aos exames finais na zona rural e nas escolas isoladas. Quando resistem física e chegam aos exames finais não têm resistência mental para revelar um aproveitamento que justifique a sua promoção para a série imediata e a repetição de ano acaba por determinar o seu abandono da escola.

Por isto, tornamos obrigatória a merenda escolar

gratuita em tôdas as escolas primárias estaduais e o Serviço de Merenda Escolar da nossa Secretaria de Educação e Cultura está se aparelhando para atender, dentro do menor prazo de tempo possível, a tôdas as 300 mil crianças que freqüentam as nossas escolas. Queremos que não haja, no Paraná, daqui a pouco tempo, nenhuma criança sem escola, mas queremos também que não haja nenhum escolar sem merenda.

Consolidado o atendimento alimentar dos nossos escolares deveremos desenvolver intensamente o Serviço Social Escolar, pois estamos convencidos de que o futuro de nosso Estado e da nossa Pátria depende muito da assistência que dermos às crianças que estudam, do carinho que devemos devotar ao aprimoramento físico e intelectual das futuras gerações. O analfabetismo, a ignorância, a sub-alimentação e a miséria não podem tomar conta das novas gerações.

c) Recursos financeiros para a educação

Com os recursos dêsse novo Fundo, a FUNDEPAR será, sem dúvida, um dos grandes instrumentos de reforma do ensino que estamos empreendendo. Nossa ação reformista não poderia prescindir dêsse novo organismo flexível para investir recursos financeiros apreciáveis em educação e cultura, investimento que passamos agora a fazer sem os entraves burocráticos e uso de legislação arcaica, que tornavam obsoletos os instrumentos de que dispunhamos anteriormente.

Sòmente com a criação e funcionamento de uma fundação educacional como a FUNDEPAR é que podemos dar validade ao princípio adotado por nosso governo de que «educação é investimento», ou seja aplicação produtiva de capital. Para investimento no ensino primário, médio e superior e em atividades culturais, os recursos financeiros do Fundo Estadual do Ensino, por nós criado, atingem neste primeiro ano de

sua existência a apreciável quantia de 811 milhões de cruzeiros, que a Fundepar empregará de acôrdo com as necessidades que lhe são reveladas pela Secretaria de Educação e Cultura.

Além dos investimentos a serem feitos na construção e equipamento de novas salas de aula para o ensino médio e primário, num total de 360 milhões de cruzeiros, e de reequipamento das escolas já existentes, a Fundepar destinará auxílios à iniciativa privada e financiará a execução e desenvolvimento de programas e trabalhos específicos, educacionais e culturais.

Dentre êsses últimos financiamentos, desejamos ressaltar aquêles que se destinam a ampliar as atividades de tradicionais instituições educativas e culturais do Estado como o Museu Paranaense, a Biblioteca Pública do Paraná e o Teatro Guaíra, a custear o desenvolvimento de programas específicos, como o do ensino de ciências no curso primário, o de educação física e desportos, o de ensino técnico e profissional, e ainda a propiciar o desenvolvimento da ação de novos e importantes órgãos da Secretaria de Educação e Cultura, que criamos recentemente com a sua reestruturação administrativa: o Serviço de Merenda Escolar, o Serviço Social Escolar, o Serviço de Prédios e Aparelhamento Escolar e o Centro Áudio-Visual.

CULTURA

Paralelamente ao planejamento educacional, estamos desenvolvendo um verdadeiro planejamento cultural, capaz de fazer com que, realmente, o Estado estimule as atividades culturais e ampare instituições que devem exercer papel muito importante na vida cultural do Paraná.

Com a reestruturação administrativa da Secreta-

ria da Educação e Cultura, que promovemos em janeiro dêste ano, voltaram a ser a ela vinculados importantes órgãos culturais da administração estadual, como o Museu Paranaense, a Biblioteca Pública do Paraná e o Teatro Guaíra.

Essas três instituições, bem como o Departamento de Cultura da SEC, estão contemplados neste ano com recursos extraordinários do Fundo Estadual do Ensino, destinados à ampliação de suas atividades e ao custeio de programas específicos.

O Museu Paranaense, até há pouco sob o regime de mandato universitário, por força da rescisão do convênio que promovemos de comum acôrdo com a Universidade do Paraná, voltou à administração da Secretaria da Educação e Cultura. Com os recursos que lhe estão destinados pela FUNDEPAR, acrescidos de outros consignados pelo Fundo Estadual do Ensino para investir em atividades culturais, será projetado e iniciada a construção do nôvo edifício do Museu, no mesmo local em que se encontra o atual prédio. A fim de que o Museu Paranaense adquira um caráter dinâmico, no mesmo prédio deverão ser projetados salões para exposições e conferências, a cargo do Departamento de Cultura da SEC, e as instalações do Centro Áudio-Visual recentemente criado pela Secretaria.

O Departamento de Cultura desenvolveu em 1962 intensa atividade, destacando-se a realização do IV Festival Folclórico e de Etnias do Paraná, o co-patrocinio e participação no I Encontro das Escolas de Dança do Brasil, realizado em Curitiba, e co-patrocinio do Salão do Paraná, que reuniu o XIX Salão Paranaense de Belas Artes, da Secretaria da Educação e Cultura, e o III Salão de Curitiba, do Museu de Arte do Paraná.

Cinquentenário da Universidade do Paraná

É preciso deixar oficialmente registrada a passagem, a 19 de dezembro de 1962, do cinquentenário da Universidade do Paraná, a mais antiga universidade que se instalou no Brasil.

A grande universidade paranaense é fruto da coragem e do espírito de pioneirismo daqueles que a fundaram em 1912. Hoje, está perfeitamente consolidada pela ação administrativa invulgar do seu atual Reitor e desempenha papel ímpar na vida educacional e cultural do Estado.

Da Universidade do Paraná têm saído cientistas e técnicos de nível superior que tanto colaboram no desenvolvimento econômico do Estado, juntamente com educadores e profissionais liberais que promovem o nosso desenvolvimento social.

A colaboração mútua que se estabeleceu entre a Universidade do Paraná e a Secretaria da Educação e Cultura, e que será cada vez maior e mais efetiva, indica o desejo comum dos responsáveis pela educação em nosso Estado de enfrentar com idealismo e patriotismo os problemas educacionais que hoje afligem o povo brasileiro.

2) Saúde Pública

Os principais entraves administrativos que se antepunham ao funcionamento efetivo da Secretaria de Saúde Pública foram definitivamente ultrapassados, sendo possível, já em 1962, tornar mais eficientes o atendimento do setor, dentro dos critérios básicos firmados no início deste Governo.

Prosseguiu-se a programação da ampliação dos serviços da S.S.P., visando o atendimento final de todas as regiões do Estado.

No sentido de documentar as disponibilidades de

recursos financeiros para a execução dos programas mencionados, tornando simultâneamente mais flexível sua aplicação, foi planejado o aproveitamento do Fundo de Saúde, composto pelos recursos indicados pelo Art. 101 da Constituição Estadual, que faz reverter ao Estado 5% da receita ordinária dos Municípios para o atendimento de serviços de saúde.

Para a administração dêsses recursos, assim como de outros que possam ser eventualmente catalizados para o setor, foi enviado um ante-projeto de Lei à Assembléia Legislativa propondo a criação da Fundação de Assistência Sanitária do Paraná (FASPAR), que poderá inclusive celebrar acôrdos e convênios com os Municípios, para a melhor aplicação de seus recursos em consonância com as necessidades locais.

Ainda visando dinamizar o atendimento sanitário em todo o Paraná foi estruturado o Departamento de Unidades Sanitárias (D.U.S.), que terá como objetivo planejar e coordenar os trabalhos das diversas Unidades individuais.

Objetivando o treinamento e preparação do pessoal necessário ao funcionamento dos serviços sanitários do Estado, bem como sua padronização, foi criada, em colaboração com a Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), uma Unidade Pilôto, localizada em São José dos Pinhais. Outra unidade do mesmo tipo será instalada na Região Norte, provavelmente em Jacarézinho.

Ao mesmo tempo em que se preparava e equipava para uma crescente expansão em seus serviços, a Secretaria de Saúde Pública prosequia, durante o ano de 1962, em crescente ritmo de atendimento imediato aos problemas sanitários do Estado.

A partir de maio foi iniciada a campanha de vacinação oral contra a poliomielite (Vacina Sabin), realizada em 121 cidades, com 420.000 vacinações.

Ao surgirem indícios de um surto da doença, nas proximidades de Cidade Gaúcha, a Secretaria organizou e executou um programa de emergência, com a aplicação de 10.000 doses obtidas do Ministério da Saúde, o que impediu um agravamento da situação, tornando possível limitar o surto aos primeiros casos registrados.

Foram simultâneamente prosseguidos os demais trabalhos rotineiros de vacinação, cujos resultados foram os seguintes (vacinações realizadas, em números redondos, nos últimos três anos):

	1960	1961	1962
Poliomielite (Sabin) ..	—	—	420.000
Varíola	130.000	200.000	200.000
Difteria	110.000	150.000	130.000
Coqueluche	115.000	150.000	130.000
Tifo	70.000	100.000	90.000
Tuberculose (B.C.G.)	73.000	80.000	60.000
Poliomielite (Salk) ...	62.000	100.000	—
Total	560.000	780.000	1.030.000

Os Centros de Saúde (Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Jacarèzinho e Maringá) prosseguiram no atendimento das populações locais, alcançando índices de utilização mais elevados do que nos anos anteriores, como pode ser observado em relação ao número de abreugrafias realizadas (77.612 em 1960, 100.704 em 1961 e 108.617 em 1962).

Voltou a funcionar o Hospital de Tibagi, com capacidade de 30 leitos.

Foi colocado em funcionamento o Núcleo Transportável de Abreugrafia, que está trabalhando na organização do cadastro torácico da população de Curitiba, já tendo sido abreugrafadas mais de 10 mil pessoas.

Foram prosseguidas as obras da Colônia de Consolidação de Cura, no Sanatório da Lapa (500 leitos), do Sanatório Médico-Cirúrgico do Portão, do Sanatório de Londrina (400 leitos) e do Sanatório de Jacarèzinho (100 leitos).

Diversas outras medidas foram tomadas visando organizar e equipar as unidades pertencentes à Divisão de Tuberculose.

O Departamento Estadual da Criança ampliou consideravelmente suas atividades de atendimento aos problemas da infância paranaense.

Graças ao entrosamento de seus trabalhos com os do Departamento Nacional da Criança, foi possível distribuir, em 1962, 100.000 quilos de leite em pó, fornecidos pelo Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), de acôrdo com planos aprovados pelo Conselho Nacional de Alimentação.

Foi quadruplicado o valor das verbas de auxílio-manutenção aos Postos de Puericultura, que há cerca de 14 anos recebiam a mesma quantia, já diluída pela inflação.

Foi inaugurado o Centro de Hidratação de Curitiba. Além de atender a população da cidade, servirá para o treinamento de pessoal destinado a instalação de serviços semelhantes em cidades do interior. Já foram planejadas as primeiras dessas unidades, em locais a serem escolhidos, no Norte e no Litoral.

O Departamento de Higiene Mental e Assistência aos Psicopatas conseguiu atender 1.844 pacientes em 1962, contra 1.720 em 1961. Visando ampliar sua capacidade de atendimento, foi concluída a ampliação do Hospital Colônia Adauto Botelho.

Foi planejada a construção do Hospital Psiquiátrico do Norte (1.000 leitos) em Londrina, destinado ao atendimento dos doentes da região, que hoje são obrigados a procurar tratamento em Curitiba, obra que será iniciada no corrente ano.

Visando a preparação de pessoal técnico de nível médio, cuja escassês é um dos grandes problemas com que se defrontam as regiões economicamente sub-desenvolvidas, foram realizados diversos cursos específicos através da Escola de Saúde Pública (Guarda Sanitários: 20 diplomados; Atendentes: 13 diplomadas) e, em conjunto com o Serviço Social Rural, 3 cursos de Socorristas Rurais (parteiras-práticas), diplomando 142 pessoas.

3) Saneamento

Em nossa Mensagem do ano passado analisamos as causas das deficiências existentes no setor de abastecimento de água encanada e serviços de esgotos sanitários no Paraná. Firmamos ali também as linhas mestras da política que vem sendo seguida com o objetivo de solucionar os problemas prementes que o déficit desses serviços acarreta.

Enquanto o Departamento de Água e Esgotos (D.A.E.) agia no sentido de concentrar os poucos recursos disponíveis no atendimento dos pontos críticos mais importantes, que são as grandes aglomerações urbanas, foi elaborado o projeto de criação da Companhia de Água e Esgotos do Paraná (AGEPAR), já remetido a Assembléia e por ela aprovado e que permitirá ao Governo dinamizar sua ação no setor, solucionando um dos principais defeitos da estrutura existente, que é o da remuneração do capital investido.

Este problema de retôrno do capital é de grande importância por estar intimamente ligado com a possibilidade de recebimento de empréstimos externos destinados a acelerar o ritmo de investimentos no setor. O D.A.E. elaborou projetos de solicitação de financiamento para as rédes de abastecimento de água das cidades de Guarapuava, Campo Largo, Cambé, Maringá, Ponta Grossa, Apucarana, Ara-

pongas, Rolândia, Pato Branco e Jacarèzinho. Os projetos referidos aguardam aprovação dos organismos internacionais a que foram remetidos.

Enquanto são aguardados os recursos externos solicitados, o D.A.E. vem dando prosseguimento a seu programa de obras.

Em Curitiba a principal realização foi a conclusão da captação do Rio Iraí, que permitiu um acréscimo de 22 milhões de litros diários no abastecimento da cidade, reduzindo, as poucas ocorrências de falta do liquido a pequenos acidentes ocorridos no sistema de força da estação de recalque ou nas linhas de adução.

Foram concluídas as obras de ampliação dos flocculadores da Estação de Tratamento e iniciadas as de construção do reservatório elevado e enterrado do Bacacherí:

Foi procedida a aquisição de 5.000 hidrômetros, cuja instalação, já iniciada, permitirá reduzir sensivelmente a taxa de desperdício aumentando a quantidade disponível para o consumo.

Em 1962 foram realizadas ampliações de 24.870 metros da rede de abastecimento de água.

O serviço de esgotos foi ampliado em 13.617 metros, principalmente na Vila Pinto, onde reinavam condições de insalubridade, e no prolongamento da Avenida Vicente Machado.

Foram construídos 700 metros do emissário do Rio Belem, cujas obras, prosseguindo êste ano, permitirão atingir a Avenida Capanema onde deverá bifurcar-se em direção à zona central da bacia do Juvevê.

No que se refere às cidades do interior o D.A.E. prosseguiu suas atividades de ampliação das facilidades existentes.

Foram concluídos os reservatórios elevados de Bandeirantes e Rolândia, iniciadas as obras dos reservatórios de Campo Largo, Araçongas e Apucarana.

Foi concluída a primeira etapa das redes de água de Marialva, Lapa, Ribeirão Claro, Rolândia, Arapongas e Apucarana.

O abastecimento de água de Bandeirantes foi reforçado com a abertura de poços artesianos.

Prosseguiram as obras da rede de água de Rio Negro.

Foram iniciadas as obras de construção da rede de água em Campo Mourão e São José dos Pinhais.

Foram concluídos os emissários de esgotos de Pirai do Sul, Palmeira e Urai.

Prosseguiram as obras de construção das redes de esgotos de Apucarana, Fóz do Iguaçu e Bandeirantes.

Nas cidades de Cornélio Procópio, Jacarèzinho, Santo Antonio da Platina, Jundiá do Sul, Castro, Irati, Morretes, Paranaguá, Palmeira, Urai, Cambará e Jandaia do Sul foram realizadas diversas obras de melhoria e ampliação das redes de água e de esgotos. Além disso o D.A.E. prestou auxílio técnico e material a 13 cidades durante o correr do ano.

4) Assistência Social e Trabalho

A principal ação do Governo no setor de assistência social foi a organização do Instituto de Assistência ao Menor, criado pela Lei 4.617, de 16 de julho de 1962, e que contará com recursos correspondentes a 1% da Receita Tributária do Estado, além de 60% da renda líquida auferida pela Loteria do Estado do Paraná.

O I.A.M. significa o encaminhamento definitivo da solução do problema do menor desamparado, através da colaboração íntima entre o Governo do Estado e a própria comunidade.

O programa de trabalho do I.A.M., que dispõe em 1963 de recursos no montante de cerca de 380 milhões

de cruzeiros, inclui o início da construção do Centro de Triagem e do Hospital Psiquiátrico Infantil, além do atendimento das entidades estaduais que já atuavam nesse setor.

O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (I.P.E.), órgão criado em 1961, e que englobou as atividades: da Caixa de Seguro de Vida, do Montepio e do Serviço de Assistência ao Servidor Público, permitiu aumentar a capacidade de atendimento do setor, como mostram os dados relativos aos três últimos anos (pessoas atendidas):

1960	9.984
1961	11.868
1962	21.996

Na assistência às pessoas mais necessitadas, a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, através da Divisão de Serviço Social de Casos Individuais matriculou 2.213 novos casos.

O Serviço de Plantão entrevistou um total de 17.948 casos, dos quais 15.970 foram imediatamente solucionados.

O Serviço Social de Família entrevistou 13.585 casos, enquanto o Serviço Social de Menores realizava 5.115 entrevistas.

O Serviço de Internamento Hospitalar providenciou 1.177 internamentos em diversos estabelecimentos que recebem auxílios da S.T.A.S., providenciando tratamentos rápidos para 8.146 pessoas.

A S.T.A.S. forneceu 9.133 passagens em estrada de ferro a pessoas sem condições de adquirí-las, principalmente egressos de hospitais.

O Serviço de Assistência Indiciária atendeu 3.627 casos.

A política trabalhista do Governo prosseguiu de acôrdo com os moldes apresentados em nossa Men-

sagem do ano passado, visando garantir a paz social, assegurando simultâneamente ampla liberdade aos trabalhadores para a expressão de suas justas reivindicações. Essa orientação foi mantida não apenas pelos bons resultados que tem comprovadamente proporcionado, mas principalmente por ser a mais justa a mais democrática e a mais cristã, a única em coerência com os objetivos de justiça social que representam a base doutrinária dêste Governo.

5) Habitação

O órgão estadual encarregado da política habitacional, a Caixa de Habitação Popular, não conseguiu iniciar em 1962 o seu programa bienal, que prevê a construção de 1.250 moradias em 14 cidades paranaenses. O financiamento solicitado ao Banco Inter-americano de Desenvolvimento, no montante aproximado de 3 milhões de dólares, foi encaminhado ao Ministério do Trabalho, para ser incluído no programa nacional global de construção de moradias populares, não tendo ainda sido concluídas com êxito as negociações para a obtenção do empréstimo necessário a sua concretização.

Em função do exposto acima, e da insuficiência de recursos próprios, pois sua receita total atingiu em 1962 apenas 36 milhões de cruzeiros, a C.H.P., limitou-se a prosseguir seu funcionamento normal, atendendo prioritariamente aquelas cidades onde é maior o déficit de moradias populares.

Foram financiadas 161 unidades residenciais isoladas, em Curitiba, com uma aplicação total de 17 milhões de cruzeiros.

Foram construídas 133 casas em conjuntos residenciais em Curitiba, com um gasto de 23 milhões.

Foram iniciadas as obras do Conjunto Residencial número 14, com 41 casas, em Maringá, e do Conjunto

Residencial número 15, com 30 casas, em Jacarèzinho, tendo havido um investimento total de 14 milhões durante o exercício, nos dois conjuntos.

6) Terras e Colonização

Prosseguiram durante todo o ano de 1962 os trabalhos de regularização da situação caótica em que êste Govêrno encontrou o problema de terras no Paraná, principalmente nas regiões de colonização mais recente, no Oeste e Sudoeste do Estado.

A política de terras seguida pelo Govêrno, através do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, nunca é demais repeti-lo, destina-se a proteger e defender o verdadeiro homem do campo, aquêle que com seu trabalho persistente constroi a riqueza do Paraná. Os resultados até agora obtidos comprovam o acêrto dessa política e garantem ao lavrador a certeza de que o Govêrno não desapontará jamais.

Os processos de revisão administrativa dos títulos concedidos pelas administrações anteriores, e o ajuizamento das ações de cancelamento das transcrições imobiliárias correspondentes aquêles eivados de irregularidades, tiveram prosseguimento. Já foi obtida a anulação, por decisão judicial, das transcrições referentes às praças públicas de Paranaguá e aos patrimônios de Herveira (Campina da Lagoa); Nova Lourdes, Dois Irmãos e Vila Paraiso (São João) e Vista Alegre e Barra Verde (Coronél Vivida).

Ainda visando acertar questões potencialmente litigiosas foram realizadas vistorias em cêrca de 25.000 lotes coloniais.

Prosseguiu-se na tarefa de procurar obter acôrdos entre os titulados e os posseiros, com benefício para ambos e para o Estado. Essa política levou à concretização de mais de 10.500 acôrdos.

Dentro das normas baixadas em agôsto de 1961,

o Governo titulou, em 1962, 68.000 hectares, beneficiando 2.300 famílias, ocupantes de terras do Estado.

A solução dos problemas relativos às glebas de Missões e Chopim, foi encaminhada através do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), composto de representantes dos órgãos responsáveis do Estado e da União, e instituído mediante convênio entre as partes interessadas, em junho de 1962.

Este órgão misto, prestigiado pelos poderes públicos da União e do Estado do Paraná trouxe a paz, a tranquilidade e o progresso a todo o Sudoeste paranaense que, confiante na sua atuação, já considera solucionado o angustiante litígio que, há décadas, sufocava aquela laboriosa população.

As medidas e ações enumeradas acima não são, por si só, capazes de resolver todos os problemas relativos à posse da terra. Mesmo após sanadas tôdas as irregularidades originadas da política de terras que prevalecia no passado, restará o problema dos proprietários legítimos que não utilizam as potencialidades de suas terras, enquanto milhares de lavradores desejam aplicar seu trabalho sem encontrar possibilidades para tanto.

A própria dinâmica social resolveu o problema através da invasão das terras incultas por parte de lavradores que, transformados em pioneiros, passam a explorá-las economicamente.

Cabe ao Estado encontrar a solução legal. É necessário encontrar fórmulas que permitam adaptar a lei à realidade socio-econômica.

Enquanto essas formas não são encontradas dentro da esfera de Governo responsável, que é a da União, o Estado pode apenas, dentro do marco das instituições nacionais, procurar as soluções mais justas ao seu alcance.

Em êsse espírito foi enviado a Assembléia Le-

gislativa o projeto de criação do Fundo de Desapropriação e Colonização e do Conselho destinado a geri-lo. Transformado na Lei nº 4.596 de 2 de julho de 1962, o Fundo dá ao Estado uma arma eficaz para dinamizar o setor agrícola e resolver os problemas que fatalmente surjam devido a antagonismos entre os proprietários e os usuários da terra.

No que se refere as demais atividades que lhe estão afetas o D.G.T.C. realizou medições em cerca de 70.000 hectares.

Foram doados diversos patrimônios as Prefeituras de Vitorino, Renascença, Pérola d'Oeste, Palotina, Guaraniaçu, Capanema, Pato Branco, Mamburê, Coronel Vivida e São João num total de 6.643 Hectares.

O setor de geografia, além de imprimir o Mapa do Estado, para 1962, elaborou 78 mapas municipais, determinou as coordenadas geográficas de quatro pontos na divisa São Paulo, assim como de Mandirituba e do Salto Grande do Iguazu, esta por solicitação da COPEL.

Foi assinado contrato com firma especializada para o recobrimento aerofotografico do Estado e o mapeamento da região do vale do Tibagi, entre Londrina e Cornélio Procópio.

Outra atividade importante do D.G.T.C. é a de estímulo ao desenvolvimento dos Municípios da Faixa de Fronteira.

Em 1962 o órgão providenciou a abertura de poços semi-artesianos para o abastecimento de água de Cascavel e Pato Branco além de prosseguir nos trabalhos de construção e melhoria das estradas vicinais da região. Foram abertas as estradas entre Medianeira e Santa Helena, Cascavel e Matelândia e Catanduvas e o Rio Iguazu. O total de estradas abertas atingiu 150 km., sendo realizados melhoramentos em outros 200.

Visando entrosar as atividades dos diversos ór-

gãos governamentais que agem na região e colocá-los a par das principais reivindicações municipais, o D.G.T.C., organizou as Reuniões de Fóz do Iguaçú e Pato Branco, em que os Prefeitos, respectivamente do Oeste e Sudoeste, mantiveram contato com o Governador e demais autoridades estaduais.

O D.G.T.C. colaborou também na elaboração de projetos e organização de processos de solicitação de auxílios por parte dos Municípios à Comissão Especial da Faixa de Fronteira.

Foram obtidos auxílios federais no montante total de 356 milhões, dos quais 144 milhões da Comissão Especial e 212 milhões da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Faixa de Fronteira Sudoeste do País.

Esses recursos, que beneficiarão diretamente 24 Municípios, destinam-se principalmente aos setores de energia elétrica (233 milhões) abastecimento de água (80 milhões), rêde de esgotos (14 milhões), saúde pública (11 milhões), educação (7 milhões), rodovias (6 milhões) e aeroportos (5 milhões).

7) Justiça e Segurança

Para evitar a diversidade de órgãos da administração estadual que agiam no setor de Segurança foi criada a Secretaria de Segurança Pública, que centraliza: a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Chefatura de Polícia (agora extinta).

Ficam, assim, responsáveis por êste setor, a Secretaria de Interior e Justiça e a Secretaria de Segurança Pública.

α) Justiça

O serviço de processamento de naturalização de

cidadãos brasileiros, iniciado em 1961, vem se desenvolvendo de maneira eficiente. Vários municípios foram visitados pela Comissão, composta com funcionários da S.I.J. e do Instituto de Identificação, para atendimento desse serviço.

Está em fase de estudos a construção de um prédio para o Departamento do Arquivo Público.

A Imprensa Oficial do Estado deverá receber, dentro em breve, 4 máquinas impressoras e 1 guilhotina para melhor atender os serviços dos vários órgãos da administração estadual. A despesa com a compra importa em 12,2 milhões (preço CIF).

Foi aberto, pela Lei 4.611 de 5 de julho de 1962, um crédito especial de 50 milhões, para a construção da nova sede da Imprensa Oficial do Estado, cujo projeto definitivo já se encontra em fase de aprovação. A Imprensa já solicitou propostas a diversas firmas para aquisição, por importação direta, de moderna máquina rotativa para impressão dos Diários Oficiais. Essas medidas visam dar melhores condições de funcionamento à Imprensa Oficial do Estado.

(b) Segurança

A Polícia Militar do Estado, além de seus encargos específicos, vem desenvolvendo grande trabalho de assistência social para seus integrantes e outros. Nesse sentido merece destaque a construção de 20 casas e o início de outras 20 para moradia de soldados. Convém salientar que esses serviços são executados com recursos da própria corporação. Da mesma forma, foi adquirida uma área, contendo 108 lotes, no bairro do Boqueirão, onde já estão sendo construídas casas para os soldados da Polícia Militar.

Foi construída, em alvenaria, com recursos próprios, uma fábrica de calçados para atender os componentes da corporação e suas famílias.



Os hospitais que a Polícia Militar mantém em Pato Branco e Santo Antônio continuam atendendo, sem «déficit» operacional, os indigentes e doentes civis.

Foram estruturados: o Corpo de Polícia Florestal, que está prestando serviços, junto a Secretaria da Agricultura e DGTC, na proteção de parques florestais e turísticos do Estado e o Corpo de Policiamento Portuário, em atuação direta com a Administração do Pôrto de Paranaguá. Também foi organizado e está em pleno trabalho o Corpo de Salva Vidas, para proteção de veranistas, nas praias de Guaratuba e Matinhos. Está em fase de conclusão o Quartel do Corpo de Salva Vidas, em Guaratuba, que está sendo construído com recursos da própria corporação em terreno doado pelo Iate Club de Guaratuba.

Em Cascavel, foi construído um amplo Quartel, de madeira, onde é alojado o contingente da Região.

Em tôdas as sedes de Regiões estão sendo instalados gabinetes dentários para atender aos policiais militares e seus familiares.

As instalações da Sede do Corpo de Bombeiros estão sendo ampliadas, com nova ala para alojamento dos praças da corporação e instalação de oficinas. Obra essa a cargo da SVOP.

Foram instalados, em 1962, oito estações de Serviço Postal e de Radiocomunicação.

Os setores técnicos do DST, juntamente com elementos do Ponto IV, vêm elaborando estudos para a melhoria do tráfego em nossa Capital.

Foram conseguidas duas bôlsas de estudos, para especialização de policiais, da América do Norte.

Foi também realizado, dentro do «Curso de Verão», levado a efeito, em fevereiro de 1962, pela Universidade do Paraná, o Curso de «Técnica Policial».

V — A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1) Administração de Pessoal

O primeiro ano de gestão dêste Govêrno foi dedicado à reorganização total do setor de pessoal. Em nenhum outro setor havia tal acumulação de êrros e defeitos, herança de um sistema que visa crescer os quadros do funcionalismo sem a mínima obediência a normas técnicas racionais, onerando a capacidade financeira do Estado, baixando a eficiência média do serviço público e, principalmente, desestimulando a maior parte dos funcionários individuais.

A reorganização do Departamento Estadual do Serviço Público (D.E.S.P.), seguida da criação da Comissão Provisória de Reclassificação de Cargos, permitiu a realização de um estudo objetivo do problema, analisando-o à luz da experiência obtida em outras administrações.

O resultado dêsse trabalho foi o Plano de Classificação de Cargos, elaborado em poucos meses, e transformado em lei em 31 de Janeiro de 1.962, que significou a reorganização completa do funcionalismo, estabelecendo critérios racionais de remuneração, admissão e promoção, ao mesmo tempo que permitia aproveitar cada funcionário na função específica para a qual estava habilitado.

A própria magnitude da tarefa de efetuar o enquadramento do pessoal nos novos níveis funcionais,



exigiu, praticamente, todo o ano passado para atingir todos os funcionários.

Este ano será dedicado à readaptação de milhares de funcionários enquadrados provisoriamente de acordo com os cargos que ocupavam na estrutura antiga, mas que exercem na realidade funções totalmente diferentes.

O enquadramento provisório de todo o funcionalismo, realizado simultaneamente com o levantamento cadastral, mostra a seguinte composição do serviço público estadual:

Número de Quadros	9
Séries de Classes	121
Número de servidores	54.446

O número de servidores está assim distribuído:

Quadro Geral	15.443
Autarquias	8.220
Magistério com habilitação	11.254
Magistério sem habilitação	13.005
Polícia Militar do Estado	6.524

A esse número deve somar-se um total de aproximadamente 3.000 inativos.

Paralelamente ao trabalho acima exposto, o Governo, através do D.E.S.P. e dos diversos órgãos da administração, organizou 31 avisos diferentes de aperfeiçoamento e treinamento de pessoal, assistidos por 1.897 funcionários, destacando-se os de Administração de Pessoal, Administração e Elaboração Orçamentária, Direito Tributário, Direito Rodoviário, Treinamento Rural, Crédito Agrícola, Guarda Sanitária, Motonivelistas, Terraplenagem e de Auxiliar Técnico de Laboratorista Rodoviário.

Foram simultaneamente concedidas 52 bolsas de estudo, das quais 4 no exterior, visando aperfeiçoar

mento de funcionários em diversos tipos de especializações.

Ainda em 1962, à 31 de dezembro, o Executivo enviou a Assembléia proposta de aumento dos níveis de remuneração do funcionalismo. Aprovada com modificações, transformou-se em lei, vigorando a partir de março dêste exercício.

A política salarial do Govêrno baseia-se na necessidade de manter constantes os níveis reais de remuneração, compensando peridicamente as perdas originárias da desvalorização monetária. Os aumentos reais de remuneração só podem ocorrer a medida que a produtividade global do sistema econômico permita o aumento dos níveis de vida de tôdas as camadas da população.

2) Administração de Material

Êste é um setor onde a aplicação de principios racionais de administração, aliada à observância de padrões rígidos de honestidade, pode conseguir não apenas a redução dos gastos como uma maior eficiência no funcionamento da máquina administrativa.

Resultados muito bons já foram obtidos nêsse sentido, e se os objetivos finais não foram ainda definitivamente alcançados, deve-se à impossibilidade de realizar os investimentos iniciais necessários à implantação dos princípios mencionados.

Na medida do possível os diversos órgãos do Serviço Público têm introduzido em suas administrações de material sistemas de padronização de artigos, unificação de serviços, contrôle de qualidade, reaproveitamento de material em desuso, substituição de artigos obsoletos e racionalização das atividades.

Os resultados mais significativos foram obtidos pelo Departamento Estadual de Compras, órgão encarregado da aquisição e distribuição da maior parte

do material de consumo utilizado pelo Serviço Público. Em cooperação com os demais órgãos da administração, o DEC conseguiu reduzir sensivelmente as despesas de material de consumo, sem afetar-lhes o ritmo de trabalho.

Os dados referentes à despesa total do Estado, nêsse tipo de material, mostram a seguinte evolução nos últimos anos (em milhões de cruzeiros, valores correntes).

1960	1.232
1961	756
1962	828

Os fornecimentos de combustíveis pelo D.E.C. apresentaram, no mesmo período, os resultados seguintes (em milhares de litros):

	Gasolina	Querozene	Óleo Diesel
1960	1.158	14	786
1961	998	4	755
1962	1.270	14	871

O movimento de compras do D.E.C. pode ser mensurado pelo quadro abaixo (em milhões de cruzeiros, valores correntes):

Anos	À prazo	À vista	Total
1960	922	—	922
1961	449	—	449
1962	694	202	896

É fácil verificar que a possibilidade de aquisições pagas à vista permite redução efetiva dos preços, reduzindo os gastos totais e dando maior elasticidade às verbas disponíveis.

Em 1961 o D.E.C. conseguiu obter descontos de

mais de 4 milhões de cruzeiros em suas compras de grandes quantidades. Os descontos efetivos em 1962 alcançaram 2,4 milhões apenas, pois aqueles concedidos pela compra à vista já foram deduzidos antes do registro.

Em agosto de 1962, e com o intuito de institucionalizar as medidas já tomadas, foi constituído junto ao D.E.C., o Conselho Deliberativo e Fiscal, formado de três grupos, cada um com três membros, dois dos quais indicados pelo setor privado, e encarregado de julgar as concorrências públicas abertas pelo órgão.

3) A Reforma Administrativa

Já em nossa Mensagem do ano passado nos referíamos à necessidade urgente de reformar a estrutura organizacional do Estado de modo a torná-la mais eficiente.

O problema da organização administrativa afeta a todos os setores públicos de países ou regiões sub-desenvolvidas. A base da estrutura existente data geralmente de períodos históricos anteriores em que a função do Estado estava limitada à de mero agente disciplinador da sociedade. A concepção filosófica da função do Estado evoluiu muito desde então, sua ação passou a ser exigida com um número cada vez maior de setores, principalmente naquelas regiões onde o desenvolvimento econômico não pode esperar por condições históricas favoráveis, mas tem de ser o produto da ação racional e objetiva de toda a sociedade.

O que ocorreu então foi a adição indiscriminada de novos organismos com finalidades específicas, muitas vezes justapostas, sem nenhuma harmonia de conjunto, e tendo como resultado não a eliminação mas a multiplicação de entraves burocráticos. E tudo isso sem qualquer reforma da estrutura básica e das suas

normas de funcionamento. Preferiu-se remendar do que construir de novo.

Durante seu primeiro ano de gestão, este Governo equacionou o problema dentro de suas atribuições legais, estudando a maneira de agir de forma a criar a estrutura dinâmica e flexível que o próprio desenvolvimento exige. Através da Divisão de Organização e Métodos, do D.E.S.P. foi feito o levantamento da estrutura existente, sendo fixadas as normas gerais de ação objetiva visando sua modificação.

Foi dentro da concepção global de uma nova estrutura administrativa que o Executivo enviou a Assembléia Legislativa diversas mensagens criando e reestruturando órgãos, quase tôdas já aprovadas e transformadas em lei.

A primeira referia-se à criação do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPE), destinado a atender o funcionalismo público em uma de suas mais antigas e justas reivindicações, assim como a unificar serviços esparsos.

Com o intuito de dinamizar a ação do Governo sobre a economia, foram criadas a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR), a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico (CAFÉ DO PARANÁ) e a Companhia de Água e Esgotos do Paraná (AGEPAR).

Sentido econômico e social ao mesmo tempo teve a criação do Fundo de Desapropriação e Colonização.

Sentido eminentemente social tiveram as mensagens referentes ao Instituto de Assistência ao Menor, à Fundação Educacional do Estado do Paraná, (FUNDEPAR) e a Fundação de Assistência Sanitária do Paraná (FASPAR), esta última ainda em tramitação no legislativo.

Foi criada a Secretaria de Segurança Pública, que

abrange tôdas as atividades relativas ao setor, extinguindo-se a Chefatura de Polícia.

Até o início de 1963 a D.O.M., agora subordinada à Comissão de Planejamento Econômico, concluiu a reestruturação de oito (8) Secretarias de Estado, três (3) autarquias e quatro (4) órgãos autônomos, já tendo regulamentado quatro (4) Secretarias, três (3) autarquias e três (3) órgãos autônomos.

VI — AS RELAÇÕES DO ESTADO

1) União

O ponto chave das relações mantidas entre o Governo do Estado e a União é o fortalecimento do princípio federativo, base natural da evolução política brasileira.

O processo de desenvolvimento econômico do país, concentrando-se na região Centro-Leste, vem acentuando, ainda mais, as diferenças existentes entre as diversas regiões geo-econômicas. Ao exigir, cada vez mais, a ação direta do poder público, concentra nas mãos da União, uma soma tal de poder, que a capacidade de cada Estado decidir, sobre seus próprios problemas, se torna cada vez mais difícil.

A inflação, consequência do desenvolvimento, mas já em vias de transformar-se em obstáculo ao próprio processo que a gerou, veio agravar ainda mais as condições de relacionamento entre o Poder Central e as unidades da federação.

Enquanto a própria dinâmica da economia atrai mais investimentos para a região mais desenvolvida, nas outras regiões, as que mais investimentos necessitam, os Governos estaduais se vêm tolhidos em suas realizações, face a arrecadações reais que crescem menos que proporcionalmente ao ritmo de desvalorização da moeda.

Baseando sua arrecadação no preço dos produtos agrícolas, que são os que menos aumentam (prin-

principalmente o café), precisam dirigir seus gastos para os investimentos essenciais, cujos componentes são aqueles cujos preços elevam-se mais depressa.

A posição do Governo tem sido discutir com a União, fórmulas que permitam aos Estados, dispor dos recursos necessários ao fomento de seu próprio desenvolvimento, sem sacrifício de sua autonomia política e administrativa.

Essa tese foi defendida pelo Paraná na Reunião de Araxá, em junho de 1962, na qual os chefes dos executivos estaduais trocaram pontos de vista sobre os problemas comuns das unidades da federação, assim como na Reunião de Brasília, em agosto do mesmo ano, em que os Estados levaram à União os pontos básicos de suas reivindicações.

Dentro desse espírito, e em função da decisão do Governo Federal de entregar recursos aos Estados na forma de Letras do Tesouro, o Paraná preparou um plano de aplicação desses recursos, no montante total de 2.450 milhões de cruzeiros, destinado ao atendimento da safra 1962-63, dentro do escopo do Plano de Alimentos para o Brasil.

A esta juntam-se diversas outras reivindicações específicas, destinadas a dar ao Paraná os recursos que necessita para seu próprio desenvolvimento, e para colaborar concreta e objetivamente com o desenvolvimento do país.

Até o momento a política seguida não teve o sucesso esperado. Diversos fatores derivados da evolução do panorama político brasileiro, impediram um acerto definitivo entre a União e a maioria dos Estados.

A renúncia do Presidente da República em agosto de 1961, a crise que se seguiu e a instabilidade do regime parlamentarista então instituído, foram obstáculos insuperáveis para a fixação de um programa comum de ação.

Acreditamos que este ano, em que a orientação de política econômica do Governo Federal está pela primeira vez explícita em um planejamento global, representado pelo Plano Trienal, seja possível superar definitivamente a fase das decisões imediatistas e dos acordos não cumpridos. Essa condição, somada ao combate à inflação, permite-nos esperar para o futuro uma melhor e mais estreita colaboração com a União no sentido do desenvolvimento econômico do Paraná.

2) Outros Estados

As relações diretas do Paraná com as demais unidades da federação desenvolveram-se satisfatoriamente, dentro dos princípios enunciados em nossa Mensagem de 1962.

No âmbito regional deve destacar-se o efetivo funcionamento do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, (CODESUL), este ano sediado em Curitiba, e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), órgãos destinados a planejar e financiar a ação conjunta do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, no sentido do desenvolvimento harmônico de suas economias.

Da mesma forma prosseguiu com sucesso o trabalho de colaboração com o Estado de São Paulo, principalmente no que se refere ao aproveitamento hidro-elétrico da bacia do Paranapanema.

O Paraná continua membro da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (C.I.B.P.U.), formada por sete Estados, e da qual espera futura colaboração no que se refere ao aproveitamento hidro-elétrico e às condições de navegabilidade da área geográfica que abrange.

Por outro lado foi posto em execução o Plano de Alimentos para o Brasil, através de contatos diretos

com os Estados, onde a insuficiência de oferta de produtos alimentares, cria condições de sub-consumo nos grandes centros urbanos.

A ação iniciou-se através da exportação de batata para Pernambuco e Bahia, com ótimos resultados, já tendo sido iniciada sua expansão para a inclusão de outros produtos e o atendimento a outros Estados, como Pará e Paraíba.

Essa interligação entre as diversas unidades da federação não apenas serve para encontrar soluções para problemas específicos, como tende a fortalecer o próprio princípio federativo, ao dar a cada Estado maior amplitude de ação autônoma, independente da União.

No sentido do fortalecimento da federação, e como já foi exposto acima, o Paraná associou-se aos demais Estados na Reunião de Araxá, numa tentativa de encontrar bases concretas para relações harmoniosas entre a União e suas partes.

3) Municípios

O atendimento direto às reivindicações dos Municípios está sob a responsabilidade do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, cuja capacidade de ação vem sendo aumentada de modo a permitir o atendimento completo aos problemas que lhe são afetos.

Uma das modificações introduzidas no esquema de funcionamento do órgão, foi a de controle dos créditos das Prefeituras referentes ao Art. 20 da Constituição Federal. Simultaneamente, o D.A.T.M. foi autorizado a funcionar como procurador das Prefeituras, para efeito de recebimento das importâncias devidas, tendo em 1962 recebido procurações nêsse sentido de 102 Municípios.

Dentro de suas possibilidades o Estado vem pro-

curando saldar os compromissos criados pelo artigo 20 da Constituição Federal. Em 1962 foram efetuados pagamentos no montante de 1.072 milhões. A dívida do Estado para com os Municípios era, em 31 de dezembro de 1961, de 2.367 milhões e em 31 de dezembro de 1962 elevou-se para 3.337 milhões. Convém salientar que êsse aumento deve-se, em grande parte, pelo encaminhamento, pelos municípios, de balanços de sua arrecadação de diversos exercícios anteriores.

O D.A.T.M. organizou também um plano de financiamento às Prefeituras para a aquisição de máquinas rodoviárias. O problema de construção e conservação das estradas municipais, só pode ser resolvido através da ação direta de cada Município, porém a maioria dêles, principalmente os recém instalados, não apresentam condições financeiras que lhes permita a aquisição direta no mercado.

O plano, executado em colaboração com o Banco do Estado, permitiu um financiamento global de 500 milhões de cruzeiros, com a aquisição de 2 tratores e 50 motoniveladoras, beneficiando 42 Municípios.

Além das atividades expostas acima, o D.A.T.M. executou suas tarefas de rotina, prestando assistência jurídica, urbanística e administrativa aos Municípios que as solicitaram.

Convém destacar ainda, já no corrente ano a realização em Curitiba do Sexto Congresso Brasileiro de Municípios, patrocinado pela Associação Brasileira de Municípios, e que contou com todo o apoio do Governo do Estado, especialmente do D.A.T.M.

A política municipalista seguida pelo Governo tem-se manifestado também no atendimento a problemas de caráter regional, que afligem determinados grupos de Municípios.

É o caso do trabalho realizado nos cinco Municípios litorâneos pelo Serviço de Valorização do Lito-

ral, cujos resultados já se fazem sentir, inclusive no abastecimento de pescado ao mercado de Curitiba.

Outro problema regional que vem sendo atacado pelo Estado é o representado pela erosão urbana nos Municípios do Noroeste do Paraná, na região de solo arenítico. Através da Divisão de Obras Especiais, criada especificamente para êsse fim, a Secretaria de Viação e Obras Públicas, ao mesmo tempo que realiza estudos técnicos que permitam a contenção definitiva do fenômeno, aplicou, em convênios com os Municípios atingidos, em 1962, 36 milhões de cruzeiros. Em 1963 deverão ser aplicados 70 milhões, mais os recursos que se espera obter do Departamento Nacional de Obras e Saneamento.



Í N D I C E

I — INTRODUÇÃO	
II — A CONJUNTURA ECONÔMICO-FINANCEIRA	Pág.
1) — A Evolução da Economia	3
2) — As Finanças Públicas	6
3) — A Política Econômica	14
III — A FUNÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO	
1) — Energia	
a) Energia Elétrica	19
b) Carvão	25
c) Xisto piro-betuminoso	26
2) — Transportes	
a) Rodovias	27
b) Ferrovias	30
c) Portos	31
d) Aeroportos	33
3) — Comunicações	34
4) — Fomento Industrial	35
5) — Agricultura e Pecuária	38
IV — A FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO	
1) — Educação e Cultura	49
2) — Saúde Pública	60
3) — Saneamento	64
4) — Assistência Social e Trabalho	66

5) — Habitação	68
6) — Terras e Colonização	69
7) — Justiça e Segurança	72

V — A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1) — Administração do Pessoal	77
2) — Administração do Material	79
3) — A Reforma Administrativa	81

VI — AS RELAÇÕES DO ESTADO

1) — União	87
2) — Outros Estados	89
3) — Municípios	90

Impresso nas Oficinas do
Departamento de Imprensa Oficial do Estado